

LUIS SAIA

NOTAS PRELIMINARES SOBRE A
FAZENDA PAU D'ALHO
HISTÓRIA
RESTAURAÇÃO E
PROJETO DE APROVEITAMENTO

SEPARATA DA REVISTA DE HISTÓRIA Nº 102 — SÃO PAULO 1975



INDICE

JAEALSON BITRAN TRINDADE

“PAU D'ALHO” QUASE ROTEIRO.

(Separata da Revista de História, n.º 102, págs. 791-800)

LUIZ SAIA

NOTAS PRELIMINARES...

(Separata da Revista de História, n.º 102, págs. 581-630)

“PAU D'ALHO” — QUASE ROTEIRO.

JAELSON BITRAN TRINDADE

Aluno do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

“Devo distinguir, entretanto: desta vez a escola não se dirigiu àquele arquiteto que se acostumou ser vosso amigo, mas às teses e à orientação que defende. Teses e orientação, que, se outro valor não tenho, tenho a paixão da verdade e amor de servir à profissão de arquiteto e à coletividade a que todos pertencemos”. *Luis Saia* — Curso complementar de planejamento e urbanismo. 1ª Aula. Faculdade de Arquitetura Mackenzie, 1957.

A vinculação deste texto ao último trabalho de Luis Saia, justifica-se. Se pretendemos com isso uma relação entre o homem e a obra, o reconhecimento de tal relação deverá, certamente, transbordar a individualidade de Luis Saia. E isto ele mesmo o fez: conhece-la, pois, intimamente — a consciência disso — é legitimamente dele. Daí o uso de seus vários escritos para esboçar este quadro mais amplo, onde se afirma e se significa o seu trabalho. Foi portanto intencional.

Essa “meditação” — a relação homem-obra —, sobretudo naquilo que ela tem de *permanente*, de *contínuo* e *renovador*, é marcadamente constante nas idéias e trabalhos expressados através de Luis Saia. Através deles, o método de abordagem e os elementos da formação do profissional, o profissional e a instituição social, se reconhecem e se guiam. Manter a relação entre a particularidade nacional e a realidade global em que esta se movimenta, exigir também para si o reclamo social de uma identificação, de um entendimento, de um lastro enfim para a interpretação direta dos problemas e revitalização desta mesma problemática. Esta exigência de uma intervenção coerente, buscada nos esforços e resultados da ação dos homens no desenrolar do tempo, quanto à razão, significado e importância: memória e momento. Tudo se integra.

A instituição, criada que foi pela necessária unidade entre cultura e sociedade, tem seu conteúdo assim garantido; o homem, fruto desse aclaramento, é criador e criação também do tempo. Ambos têm a sua “fase heróica”, de formação, e seu amadurecimento, onde as *Notas Preliminares Sobre a Fazenda Pau d’Alho* são de certa forma, o arremate de um estágio de trabalhos pertinazes e decididos. Fazem parte

“de uma estratégia silenciosa, porem eficaz, do 4º Distrito do IPHAN” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

No monumento, o contexto histórico-social — o período cafésista que o engendra, ao apontar uma nova orientação — vai se encontrar com esse acontecimento arquitetônico, que do ponto de vista plástico oferece tantos resultados favoráveis para a criação da paisagem cafésista:

“no sentido de conter, em substância, todas as soluções que fizeram carreira, com variantes condicionadas a zonas e épocas, nestes 150 anos de economia cafésista”.

O enquadramento histórico-social e, particularmente o da história da arquitetura brasileira, a par de uma consciência profissional rigorosa vão, portanto, definir a eleição da fazenda Pau d’Alho como exemplar significativo, e são

“suficientes para aponta-la como peça a ser tombada e lugar bom para abrigar o Museu Nacional do Café”.

Daí para a frente desenvolvem-se as iniciativas — estudos e trabalhos — destinadas à divulgação e à consolidação do valor representativo da Fazenda Pau d’Alho.

Os três momentos do presente trabalho necessariamente se entrecruzaram, e se condicionam. A *justificativa histórica* apresentada nestas “Notas Preliminares” é, no próprio dizer de Luis Saia, “índez” (chamariz): arrolando e organizando algumas indicações, tem unicamente — pois que preliminar — o interesse de uma hipótese de trabalho, abrindo o complexo quadro em que se insere a Pau d’Alho;

“hipótese que deve ser controlada, revista, analisada, completada e até reformulada”.

A exposição das *obras de restauro* dão também a idéia do critério firme com que estas foram dirigidas, com aquele

“tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, finalmente, desprendimento” (1),

apontados por Lúcio Costa como necessários também para quem trabalhe nesta faixa de atividade especializada; sempre à base da experiência e de estudos, em permanente verificação e reflexão. E é no *projeto de aproveitamento* enfim, que se completa a globalidade da visão que presidiu a abordagem desse “acontecimento” — a Pau d’Alho. Realmente, neste último, os aspectos artísticos e sociológicos extrapolam o individual — o monumento — e se direcionam a uma perspectiva cultural mais ampla. Só daí, então, é que atenta a esta visão, compreende o caráter particular da obra, o que determina o seu projeto específico, o sentido dele.

Isto se explica.

“A criação do SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (em 1937) representou (...) uma recolocação mais realista e mais culta do problema, conduzida pelo que havia de mais apto e atual em matéria de arquitetura e artes plásticas. À visão romântica que pesquisava formas tradicionais para repeti-las em contrafações inaceitáveis, mesmo quando excelentemente estudadas, como no caso de Vitor Dubugras, se substituiu um esforço de análise mais científica, inteiramente destituídas de manias imitatórias, e orientado no sentido de uma seleção rigorosa do patrimônio de cultura material que acompanhara a formação nacional” (2).

Para as várias tarefas de

“restauração, preservação de ambiência e de obras complementares destinadas à valorização do monumento e seu uso, necessárias a fim de que o mesmo se legitime superando as aparentes contradições que pretendem opor épocas diferentes, como se fossem inconciliáveis ou se negassem mutuamente (...) os 35 anos de experiência do IPHAN — diz Luis Saia, num escrito de 1973 — contaram com a participação de arquitetos brasileiros que não possuíam nenhuma formação especializada em restauração, mas cujo conhecimento da arquitetura, permanentemente

(1). — *Cultura*. Órgão do Conselho Federal de Cultura. MEC. Abril, 1970. Ano 4 — nº 34, pág. 205.

(2). — Saia (Luis), “Notas sobre o IPHAN”. Original, datilograf. s/título, s/data (1973).

atualizado pelo estudo do tradicional e do contemporâneo, conduziu esse trabalho a um nível de profundo respeito pelos documentos do passado e de inegável atualidade na sua formulação cultural. Não houve apenas coincidência de arquitetura de vanguarda estarem na condução dos problemas de proteção do nosso acervo tradicional. Ao contrário, este fato permitiu que o IPHAN encontrasse uma orientação correta: preservar e valorizar o antigo, imune aos vícios de um saudosismo doentio e de uma simplória política de salvados do incêndio" (3).

De fato, o Brasil no anos 20/30 deste século encontrou-se — São Paulo, principalmente — com as condições básicas para a sua modernidade: a produção industrial a modificar estruturalmente a sociedade, no sentido de internacionaliza-la mais profundamente. Todas as atividades criadoras na explicação da origem e da composição do mundo, da posição do homem no cosmos e do destino humano se associam, cada vez mais, a concepções secularizadas da existência, da natureza humana e do funcionamento das instituições. O saber racional e a investigação científica, com as recentes inovações estruturais e institucionais encontram condições de maior expansão e desenvolvimento autônomo. Expansão e desenvolvimento estes com características universalizantes, pois passa a ter, maiormente, componentes iguais, e ligados, aos dos países industrializados.

"A crise capitalista de 1929 determinou consequências nacionais favoráveis à criação de um clima de reconhecimento do nosso atraso e da dependência que a economia de tipo colonial nos impunha. Os países ou grupos econômicos que controlavam a produção de exportação e a distribuição dos bens de consumo interno, a braços com as consequências dessa crise, não puderam dispensar às classes dirigentes brasileiras uma "assistência" que as colocasse a coberto dos traumas internos que então eclodiram, facilitando a formação de uma consciência mais realista dos problemas em desenvolvimento no país. Alguns desses problemas, especialmente os de exploração dos serviços públicos (*) e os do aproveitamento nacional dos recursos naturais (**), já haviam sido ou foram abordados durante o próprio processo de amadurecimento dessa crise, facultando alguns dados para a manipulação dessas questões num plano mais consequente" (4).

(3). — Saia (Luis), texto para a Bienal de Arquitetura. São Paulo, 1973.

(4). — Saia (Luis), "Situação do Urbanismo e do planejamento no Brasil. 5ª aula — Faculdade de Arquitetura Mackenzie. São Paulo, 1957.

(*) . — bibliografia da própria aula.

(**) . — *Idem*.

Toda a produção intelectual da época, se de primeiro

“era a fermentação que andava pela Europa, o mesmo sentido épico de luta contra os métodos rotineiros que haviam levado o mundo à falência” (5),

onde se procurava demolidoramente romper caminho, e procurar uma nova base, isto abriu, realmente, o caminho para o estudo de muitos problemas brasileiros. Num segundo momento,

“uma atmosfera de crítica e de revisão; um período de violentas contradições e de um enorme esforço intelectual — de onde teríamos de sair orientados para a crítica e para a análise. E foi o que se deu” (6).

O IPHAN, criado pelo Estado Nacional é também fruto desse momento. E não se trata — visto a dimensão de sua ocorrência —, apenas, de uma “repartição especializada”: expressão, mas também visão proveniente de uma necessidade de encontro da sociedade com seus interesses, consigo mesma, se buscando — nas suas diversas vivências regionais —; o dever, a garantia por essas

“formas sociais refletidas na sua cultura, nas suas obras” (7),

encontra seu suporte na constituição Federal.

“Não é atoa que a Constituição do Brasil, desde 1934, declara que o amparo à cultura é dever do Estado” (8).

“Em primeiro lugar, a definição legal consubstanciada no decreto-lei nº 25, de 30-11-1937. A história deste documento legal, desde a iniciativa do ministro Gustavo Capanema de pedir a Mário de Andrade que elaborasse o anteprojeto, até sua assinatura, depois de ter passado por todos os trâmites legislativos, como decreto-lei, enquanto o SPHAN já atuava em termos experimentais,

(5). — Bastos (Abgvar), “Formação do Espírito Moderno”, in Cavaleiro (Edgard), *Testamento de uma geração*. — “26 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento”. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1944 — págs. 15-27.

(6). — Cândido (Antônio), in Mario Neme — *Plataforma da nova geração*. “29 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento”. Editora Livraria do Globo. Porto Alegre, 1945 — págs. 29-40.

(7). — *Cultura, op. cit.*, pág. 11.

(8). — *Idem, ibidem*, pág. 8.

conduzido por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, ainda não foi contada. Mas o resultado, isto é, o texto do decreto-lei nº 25 é, ainda hoje, depois de 35 anos (1973), uma lição de sabedoria. Em segundo lugar, os nomes que frequentaram a equipe de direção sob a responsabilidade de Rodrigo M. F. de Andrade: Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Manoel Bandeira, Luis Jardim, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, etc., era o que havia de mais representativo no pensamento vanguardista do Brasil. Tais condições puderam garantir uma orientação de alto nível, o que era muito importante para a luta contra a bisonhice da experiência anterior. (...) Em terceiro lugar — e aqui entra a virtude maior de Rodrigo M. F. de Andrade, foi a seleção de equipes de trabalho incumbida de interpretar, em termos de pesquisas, estudos e obras, os problemas do SPHAN: arquitetos, artistas plásticos, pesquisadores, fotógrafos, engenheiros, etc., profissionais aos quais coube a tarefa do trabalho de campo. Tão grande era esse trabalho e tão pouco era a gente disponível que não poderia ser levado a cabo sem a ajuda de amadores da velha guarda que desde a primeira hora se acostaram ao SPHAN e aí acolheram nova orientação, prestando um serviço admirável e insubstituível” (9).

A partir daquilo que a experiência de trabalho no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lhe deu

“como idéia da atividade do arquiteto de formação profissional e de problemática que o arquiteto deve enfrentar na sociedade de hoje” (10),

é que Luis Saia depõe aos alunos da FAU/USP, há algum tempo.

“Assim fica mais fácil enquadrar o trabalho no Patrimônio, onde o contacto com programas e edifícios de diferentes épocas levou à uma posição em que o resultado do nosso trabalho fosse pertinente e respeitoso a essas diferentes épocas. Na verdade, a própria vida atual da arquitetura brasileira se imiscuiu de tal maneira na atividade do Patrimônio que não é possível encarar o problema da arquitetura exclusivamente do ponto de vista de uma intervenção que partisse do Patrimônio para a sociedade e não da sociedade para o Patrimônio (...) ao lado dessas colocações, e também em termos de polarização, foram propostos desde

(9). — Saia (Luis), “Notas sobre o IPHAN”, *op. cit.*

(10). — “O Projeto na Atualidade Brasileira” — Depoimento do Arquiteto Luis Saia — FAU/USP, 3-10-1969. Orig., datilograf.

o início das atividades do Patrimônio, problemas puramente de técnica, de restauração, histórica, sociológica, etc., setorizadas nos diferentes planos de atividade científica moderna; ao lado disso, como uma compreensão indispensável para o próprio controle dessas verdades particulares que surgiam, da análise sociológica, técnica, filosófica mesmo destes edifícios, que permitiriam uma intervenção neles sem retirar aquilo tinham de substância para fornecer como experiência para a sociedade moderna, houve necessidade de um dado teórico que pudesse firmar esta contribuição dentro de uma linha de evolução que a sociedade no seu conjunto tem e que a sociedade brasileira também tem (...) Deve preservar na medida em que o Patrimônio representa uma espécie de carteira de identidade do próprio país e um município de dados para a inteligência dos brasileiros que podem com eles ver facilitada a sua tarefa de formular e resolver o problema do homem brasileiro" (11).

"Mas nem tudo desta rica experiência resiste, contudo, a uma análise mais severa. Na fase heróica do IPHAN quando o problema fundamental era salvar edifícios antigos do perecimento completo que os ameaçava, certos problemas de uso dos monumentos tombados e restaurados receberam soluções inadequadas. Tais senões servem hoje para selecionar com maior rigor os meios mais eficazes de proteção cabal e, principalmente, de destinação mais coerente" (12).

"Dois problemas principais se colocaram prioritariamente: a). — inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira; b). — socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo; se introduzir na normalidade nacional, inclusive e principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do "tombamento" e suas consequências, especialmente aquelas que apresentavam uma gravame recaído sobre a propriedade privada. A fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável ao IPHAN municiar-se de estudos e colocar corajosamente em segundo plano tudo que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio de arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos, etc.. Os primeiros trinta anos do IPHAN foram consumidos nessa fase heróica e nenhuma homenagem a Rodrigo M. F. de Andrade será suficiente e com-

(11). — *Idem, ibidem.*

(12). — Saia (Luis), "Embú" — texto para a Bienal de Arquitetura. São Paulo, 1973.

pleta se lhe preste, tamanho foi o seu esforço e tão importantes os resultados que alcançou, principalmente em confronto com a pouquidão de numerário e escassez de gente com que pode contar. O prestígio internacional que o órgão conquistou, a jurisprudência que alcançou através de memoráveis acordãos, o número considerável de peças de arquitetura e arte tradicionais que foram nesse período salvas da ruína ou simplesmente postas sob a proteção do poder público, esse foi o legado de uma gestão de 30 anos..." (13).

"Nestes últimos anos, embora mais carente de gente e mais consumido pela ingênuidade de obras urgentes que se acumularam cada vez mais, o IPHAN não abandonou as diretrizes traçadas por Rodrigo de Andrade para a sua atuação. Embora tudo leva a acreditar que a fase propriamente heróica do IPHAN já esteja ultrapassada, devendo a Repartição ganhar uma nova compleição operativa, os ensaios que realizou anteriormente tendem a ganhar formas sistemáticas de resultados mais completos" (14).

O ininterrupto trabalho dos especialistas e colaboradores do IPHAN, traduzido não só nos problemas de obras, mas também através de trabalhos escritos, formação de copioso acervo documental pesquisado e/ou reunido, manutenção de uma Revista, toda essa experiência enfim, levou o IPHAN a dar uma contribuição bem significativa, com um potencial a ser desenvolvido, e alcançando formas mais maduras de atuação.

A reforma da legislação do IPHAN (1969) e os encontros de Brasília (1970) e Salvador (1971), refletem seguramente o estágio atual em que culminaram os esforços sistemáticos por uma orientação coordenadora, por uma visão geral de Brasil. Esses encontros, em que compareceram secretários de Estado e representantes de governos regionais ou locais,

"destinavam-se principalmente a conscientizar todos a respeito de uma problemática de proteção e revalorização do patrimônio de modo a alcançar um nível de ação conjunta mais eficiente e de maior profundidade" (15).

O "Compromisso de Brasília" é o documento base saído do primeiro encontro. Do demais positivo que resultou conta-se, sem dúvida, a formação de órgãos regionais em alguns Estados trabalhando na

(13). — Saia (Luis), "Notas sobre o IPHAN", *op. cit.*

(14). — *Idem, ibidem.*

(15). — *Idem, ibidem.*

mesma faixa de interesses, e a formulação mais eficiente da resolução federal que permite aos Municípios e Estados o uso de 5% de sua quota parte do Fundo de Participação, através de convênios com o IPHAN. Se antes, para enfrentar a tamanha tarefa que lhe fora cometida, buscou sempre o IPHAN esta complementação, e mesmo de particulares, para compensar os poucos recursos; agora, a formação dos Patrimônios Estaduais e Municipais, para coadjuvarem os esforços, os convênios e ajustes realizados entre esses órgãos e outras instituições, como necessariamente a faixa universitária de estudos, etc., denotam bem a gama de possibilidades que se abrem, no sentido de estabelecer planejamentos regionais de interesse cultural, turístico e econômico à comunidade, conforme o "Compromisso". E, ainda, que a participação deles deverá ser em breve regular, uniforme e definitiva.

"Tanto o apelo a novas fontes de numerário que aprestassem o IPHAN para atender ao volumoso encargo de obras urgentes, como os esforços destinados a promover a montagem de órgãos regionais (...) constituíam pretensões de longa data" (16).

Um exemplo disso é que aconteceu em São Paulo, onde a primeira tentativa data do início de 50, mas que só mais recentemente foi criado e efetivada a sua atuação.

Com a criação do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) e a formalização de um convênio (1971), estabeleceu-se afinal uma base para levantamentos sistemáticos dos "bens culturais" (que já vinham sendo ensaiados em experiências "piloto"), além de outros serviços e intervenções mais fáceis de realizar através dos governos locais. Através de uma formulação realista e bem fundamentada, e sempre de conformidade com os termos do "Compromisso", consagrou-se na ordem de trabalhos a necessidade de usar adequadamente os imóveis de valor histórico e artístico,

"dar-lhes uma destinação atuante na sociedade contemporânea" (17)

através de estudos criteriosos que respeitem a natureza deles como documentos mesmos de uma sociedade: tanto aos monumentos, como aos chamados conjuntos monumentais (cidades e sítios históricos), em que até mesmo organismos internacionais como a UNESCO tem colaborado nos esforços. É recomendação também que Casas de Cultura,

(16). — *Idem, ibidem.*

(17). — *Cultura, op. cit.*, pág. 17.

unidades culturais significativas, sejam preferencialmente instaladas nos monumentos. A participação da Universidade, também requisitada, e o entrosamento com arquivos e bibliotecas; são, todos esses, dados seguros para a definição dos planos de aproveitamento com a necessária antecedência.

Si, em 1939 — diz Luis Saia — a intervenção do IPHAN foi decisiva para a recuperação de um edifício como o convento jesuítico do Embú, encontrado em extrema ruína e que constituiu uma obra especialmente volumosa, mas sem se lhe aprestar um uso conveniente; ao contrário, pode ser indicada como sinal de maturidade maior do IPHAN atual, o comportamento face à Fazenda Pau d'Alho, que o levou a tomar todas as medidas para evitar-lhe o uso inconveniente, quando em 1972 consegue, através de um acerto com o IBC, que a fazenda seja adquirida com a finalidade de aí sediar o Museu Nacional do Café (18).

(18). — Saia (Luis), *Notas sobre o IPHAN*, *op. cit.*

NOTAS PRELIMINARES SOBRE A FAZENDA PAU D'ALHO.

(História, Restauração e Projeto de
Aproveitamento) (*).

LUIS SAIA

do 4º Distrito do Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional (SP).

Cento e cinquenta anos se passaram entre a visita que o Príncipe Regente fez, em agosto de 1822, à sede da Fazenda Pau D'Alho e a apropriação amigável desta sede cafezista pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a fim de que este monumento, restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), venha sediar o Museu Nacional do Café. Neste mesmo ano de 1822, em 24 de abril, a fazenda recebera um visitante ilustre: Saint Hilaire, que informa existirem aí grandes plantações de café e uma casa de sobrado, a única em todo esse percurso (1).

Estas duas indicações eram desconhecidas do 4º Distrito do IPHAN quando foi feita, em 1942, a 1ª documentação deste imóvel, pelo fotógrafo Germano Graeser. O trabalho de Graeser, 25 fotos, foi tão completo e tão bem feito que dispensou outros dados, de história e de informação gráfica, para o reconhecimento do seu valor documental e arquitetônico, suficientes para apontá-lo como peça a ser tombada e local bom para abrigar o Museu Nacional do Café, como figuração representativa e marca da primeira fase da grande aventura cafezista, que empolgou o País por mais de cem anos. Foram necessários, entretanto, trinta anos de gestões, de esforço pertinaz e de

(*) — Trabalho apresentado para o número Jubilar da Revista (nº 100), infelizmente entregue quando o mesmo já se encontrava no prelo. Este artigo deve ter sido o último escrito por Luis Saia, pois logo em seguida, falecia nesta Capital. (*Nota da Redação*).

(1) — Saint-Hilaire, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Brasileira, vol. V. Editora Nacional. São Paulo, 1932. pg. 210.

interesse permanente, de 1942 a 1972, para que o tombamento, a apropriação e o início de obras de restauração, trouxessem o problema para o plano prático em que está agora colocado, com os trabalhos em fase final e com o projeto de aproveitamento já definido.

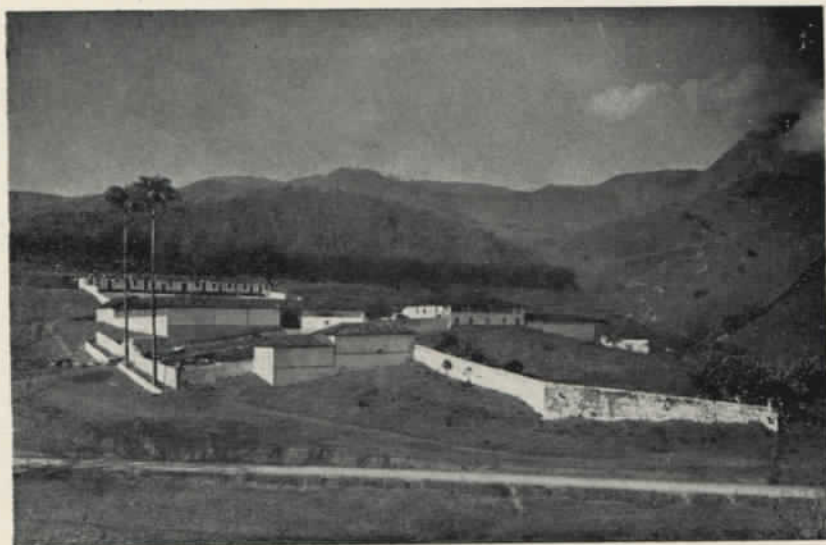
Entre as iniciativas destinadas à divulgação e à consolidação do valor representativo da Fazenda Pau D'Alho, vale apontar a sua inclusão como um capítulo de um pequeno livro, *Notas sobre a Evolução da Morada Paulista* (2), e a exposição de sua maquete na mostra do 4º Centenário da cidade de São Paulo, em 1954. Tais iniciativas foram parte de uma estratégia silenciosa, porém eficaz, do 4º Distrito do IPHAN.

É verdade que os resultados já obtidos, com a apropriação do imóvel pelo Poder Público e sua recuperação, não exaurem a série de medidas indispensáveis para levar a bom termo a idéia de um Museu Nacional do Café na Fazenda Pau D'Alho, com base num convênio entre o IBC e o IPHAN. Resta alcançar a colaboração de outros órgãos do Poder Público e mesmo de organismos internacionais. De fato, ao setor de Turismo deve caber a instrumentação do empreendimento do ponto de vista da sua rentabilidade recreativa, para o que se afigura necessário aprestar a envoltória do monumento com agenciamentos adequados, de proteção da paisagem e de uso recreativo. Ao Poder Público Municipal caberá uma participação justa e interessante, sem a qual o Museu se converterá numa unidade estranha à vida local. A UNESCO já está de certa forma comprometida: no fornecimento de equipamentos eletrônicos a serem utilizados na seção de microfilme e de uma bolsa para especialista nacional para recolher documentário do café nos principais centros produtores estrangeiros. À Universidade de São Paulo (USP), que mantém com o 4º Distrito, através do Setor de Documentação do Departamento de História, um ajuste para os trabalhos de pesquisa histórica, caberá capitalizar a iniciativa do ponto de vista cultural e universitário. Há pretensão de que este Museu se converta realmente num centro de estudos sobre o café e sua economia, suas características sociais, sua compleição política, seu estilo nacional e suas consequências urbanísticas. Ao órgão estadual de proteção do Patrimônio — CONDEPHAAT —, que colabora no momento mandando realizar o levantamento arquitetônico de cerca de quinhentas antigas fazendas de café, como também de inúmeros exemplares de arquitetura urbana desse período, certamente caberá uma parte relevante dos trabalhos a serem ainda executados. A esse já numeroso grupo de levantamentos é indispensável juntar igual documentário das regiões do sul de Minas e do Estado do Rio

(2). — Saia (Luis), *Notas sobre a evolução da morada paulista*. Editora Acrópole. São Paulo, 1957.



Aspectos da Fazenda Pau d'Alho, em 1942, época em que o IPHAN promoveu a documentação fotográfica, que possibilitou a reconstituição do monumento (foto H. Graeser).



de Janeiro, para o que se considera imprescindível a colaboração dos Governos regionais. É certo que um trabalho como esse, de levantamento, vai apresentar algumas falhas; mas a massa de documentação pode sempre ter seu nível aprimorado e os senões, uma vez localizados, serão facilmente cobertos.

Alem dessa colheita, há uma outra a fazer, por ventura igualmente importante. É a busca, nos cartórios, nos arquivos e coleções particulares, de informações, inventários, testamentos, manuscritos, cadernos de contas, etc., assim como documentários oficiais das cidades formadas a partir da economia do café.

A pesquisa para identificação das fazendas inventariadas já foi iniciada, pelo CONDEPHAAT. De Bananal somente, na área do Governo Municipal, de 1833 a 1900, existem mais de quarenta mil documentos a serem microfilmados. O trabalho de microfilmagem deverá, aliás, ser permanente, e o Museu deverá ser enriquecido continuamente com toda sorte de documentos referentes ao café, ou a esse produto vinculados de alguma forma. E não se trata apenas de documentos regionais; embora esses apontem uma prioridade incontornável, não deve haver limites: onde quer que surja um documento de interesse para o nosso café, ele deve ser microfilmado e trazido para o Museu. É preciso superar a idéia de Museu velharia e partir para o Museu Centro de Estudo. Acredita-se que uma vez montado o Museu Nacional do Café, e aberto à visita pública, os visitantes se constituirão em fonte preciosa de informações preliminares, que devem ser depois checadas pelos pesquisadores.

Alem dessa parte, há necessidade de colaboração de outros órgãos do Poder Público, no que diz respeito à implantação paisagística do monumento, e ao povoamento do edifício com peças da época. Os inventários trazem descrições minuciosas das alfaias existentes na Fazenda Pau D'Alho e nas demais fazendas da região. Seria ingenuidade acreditar que as primitivas peças da Fazenda Pau D'Alho possam voltar à sua posição de origem. Muito será obter uma parte delas. O retrato que o Imperador Pedro I enviou de presente a João Ferreira de Souza já está protegido e apropriado. Os retratos dos primitivos donos já estão localizados. Mas não é impossível obter, por compra ou por empréstimo, peças equivalentes da mesma época e feito e, portanto, do mesmo valor documentário. Algumas dessas peças já estão localizadas e acredita-se que será possível obtê-las, inicialmente por empréstimo, e depois por compra, quando e se isso se fizer aconselhável.

A sede da Fazenda Pau D'Alho tem cerca de 2.460 m² de área construída. Sua restauração já contou com a boa vontade e espírito

de colaboração da CESP, do DER e DAEE. As cinquenta mil telhas utilizadas no telhado das construções da sede da Fazenda Pau D'Alho foram obtidas de antigos edifícios desapropriados pelo DAEE em Natividade da Serra. De outra forma seria realmente difícil reunir tão grande número de telhas, aproveitando mil aqui, quinhentas ali, outras tantas em diferentes cidades e lugares. O DER está colaborando no fornecimento de utilidades necessárias e difíceis de se obter por simples aquisição. A CESP proporcionou uma extensão de rede de energia elétrica até a Fazenda, e uma ligação indispensável para o maquinário de carpintaria instalado no canteiro de obras. Na hora oportuna, ter-se-á certamente a colaboração dos Serviços Florestais da União e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

A coisa é realmente difícil, como se vê, mas não é, absolutamente, impossível. Tudo leva a acreditar que este Museu possa ser inaugurado, pelo menos em termos preliminares, no dia 24 de agosto próximo, aniversário da passagem, por ali, do Príncipe Regente.

*

* *

A Fazenda Pau D'Alho está localizada na região Norte do Estado de São Paulo, no vale do Rio Paraíba, Município de São José do Barreiro, em frente à cidade de Rezende, no antigo "caminho novo da Piedade". A história da ocupação desta parte do Estado de São Paulo, em fins do século XVIII, e começo do século XIX, dos caminhos que nela se abriram e da gente que ali foi morar, está intimamente ligada à história da "fazenda de café". Uma parte dela foi contada no livro de Paulo Pereira Reis, *O Caminho Novo da Piedade, no nordeste da capitania de São Paulo* (3).

As preliminares dessa ocupação surgiram com o "caminho novo", aberto por Rodrigues Garcia Paes, no fim do século XVII. Até então o tráfego São Paulo-Rio se fazia por terra até Guaratinguetá, por um caminho que aí se partia em dois: um rumava para a garganta do Embaú, na direção das Minas nos sertões de Cataguases, o outro tomava a direção do mar, procurando Paratí, de onde se atingia o Rio de Janeiro por mar. O remanejamento desse quadro viário dependeu de dois caminhos, ambos chamados novos. O primeiro, aberto a partir do século XVII, por iniciativa de Rodrigues Garcia Paes, filho de Fernão Dias Paes e seu herdeiro dos direitos e vantagens que lhe va-

(3). — Pereira dos Reis (Paulo), *O caminho novo da Piedade, no Nordeste da Capitania de São Paulo*. Conselho Estadual de Cultura. São Paulo, 1971.

leram suas lides nas descobertas (4). Tais direitos e vantagens foram prejudicados e obstaculados pelos paulistas, o que fez com que Rodrigues Garcia Paes, irritado, fosse procurar o Governador Artur de Sá e Menezes do Rio de Janeiro, para que este lhe permitisse abrir um caminho direto para as Minas, o que lhe foi concedido, preven-do-se o pagamento desse empreendimento com a concessão de ses-marias e direitos de passagem. Este "caminho novo", só transitável depois de 1705, e acabado afinal em 1724 (5), foi a primeira pedra para a transferência da Capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, e também a primeira pedra para a liquidação, no decorrer do século XVIII, da capitania de São Paulo (6), posto que desviou o tráfego das minas da garganta do Embaú, na sua passagem obriga-tória por São Paulo. Por essa garganta continuou, entretanto, a haver tráfego, tanto para São Paulo, como para Paratí; aquele porque reunia as áreas estratégicas da Capitania São Paulo-Minas, cujos governa-dores, de 1710 a 1720, se empossavam em São Paulo e governavam em Minas; este, porque o caminho de Paratí era mais praticável, por ser mais povoado (7).

As descobertas paulistas no Oeste, em Goiás e Mato Grosso, re-colocaram o problema da ligação entre São Paulo e o Rio de Janeiro por terra, posto que os corsários infestavam a marinha nesta parte da Colônia (8). Lourenço de Almeida Governador, para evitar o caminho por São Paulo, tentou abrir uma estrada direta Pitangui-Cuiabá (9), enquanto Rodrigo Cesar de Menezes lhe opunha a so-lução de um outro "caminho novo" a partir de Piedade (Lorena) até

(4). — Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Bio-gráficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Biblioteca Histó-rica Paulista, vol. 1, tomo 1. São Paulo. 1953. pg. 295.

Carvalho Franco (Francisco de Assis), *Dicionário de Bandeirantes e ser-tanistas do Brasil*. Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. São Paulo. 1954. pg. 209.

(5). — Taunay (Affonso de E.), *História do Café no Brasil*. Vol. II, Tomo II. Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro. 1939. pg. 235.

(6). — A transferência da capital da Colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, decorreu do deslocamento do eixo econômico da região do açúcar para o porto que capitalisara a exploração do ouro. E o escoamento da pro-dução mineira pelo Rio de Janeiro se deveu ao Caminho Novo de Garcia Paes. Também a ele se deveu o remanejamento administrativo que desembocaria no corte territorial da Capitania de São Paulo, reduzida então aos atuais territórios de São Paulo e Paraná.

(7). — Trindade (Jaelson Bitran), *No caminho do Paraitinga*, in "São Luis do Paraitinga". Condephaat. São Paulo. 1975.

(8). — Taunay (Affonso de E.), *História das Bandeiras Paulistas*. Editora Melhoramentos. Tomo II, São Paulo, pg. 46.

Documentos Interessantes. Vol. XX. pg. 153.

(9). — Pereira dos Reis (Paulo), *Op. cit.*, pg. 45.

a Fazenda Santa Cruz, dos Jesuitas, no Rio de Janeiro (10). Quarenta anos se arrastou o problema deste último caminho, que devia ser aberto, de acordo com o plano exarado numa carta de 29-08-1725 às câmaras das vilas de Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Piedade: aos moradores destas vilas caberia abrir os sucessivos trechos, ficando ainda uma parte sob a responsabilidade de Domingos Antunes Fialho e seus parceiros (11). As vilas do litoral trabalharam contra este projeto, que prejudicava o seu comércio (12). O medo dos piratas e o roubo do ouro quintado que foi substituído por chumbo (13), resultaram na provisão de 30-12-1729 (14), que mandou abrir este caminho prevendo o prêmio de sesmarias a quem colaborasse no empreendimento (15).

Em 1765, quando foi restaurada a Capitania de São Paulo, estava aberta uma picada, pelo menos na parte de São Paulo, até a barra do Pirai, que era então aqui a divisa São Paulo-Rio de Janeiro (16). O Governador da recém-restaurada Capitania, o Morgado de Matheus, mandou que se fundasse uma vila em seu trajeto, medida essa que pretendia prover os trabalhos de conservação (17). Até 1776 a diretriz desse “caminho novo da Trindade” acompanhava o rio Paraíba e essa povoação foi Santana dos Tocos (18), localizada em ponto agora submerso no reservatório do Funil. Tal diretriz era de interesse de um tal Padre Carvalho, vigário de Campo Alegre (atual Rezende) (19), mas o difícil desse traçado, que atravessava os afluentes do Paraíba em suas barras alagadiças e perigosas, se tornou logo evidente (20). Apesar das artimanhas do Padre, o Governador Martim Saldanha ordenou sua transferência para um traçado que alcançasse esses afluentes na altura de suas cabeceiras (21). Briga vai, briga vem, a diretriz nova foi afinal acolhida, e o “caminho novo da Piedade” — que assim se chamou — se desenvolveu por Cachoeira, Silveiras, Areias, Barreiro, Bananal e Barra Mansa, de acordo com um desenho geral que foi depois acolhido pela antiga ro-

(10). — *Idem, ibidem*, pg. 47.

(11). — D. A. E. S. P. Offícios das Câmaras. Ord. 232. Doc. 6-3-36.

(12). — Pereira dos Reis, *Op. cit.*, pg. 49.

Documentos Interessantes. Vol. L. pg. 83-4, pg. 84.

(13). — Pereira dos Reis, *Op. cit.*, pg. 51-2.

Documentos Interessantes. Vol. L. pgs. 107-9 e 117-8-9.

(14). — Pereira dos Reis, *Op. cit.*, pgs. 155-6-7.

Documentos Interessantes. Vol. L. pgs. 126-7.

(15). — Pereira dos Reis, *Op. cit.*, pg. 57.

(16). — Taunay (Affonso de E.), *História do Café no Brasil*. Vol. II, tomo II. Rio de Janeiro, 1939, pgs. 264-5.

(17). — Pereira dos Reis, *Op. cit.*, pg. 67.

(18). — *Idem. Ibidem*, pgs. 85-6-7.

(19). — *Idem. Ibidem*, pg. 85 e segs.

(20). — *Idem. Ibidem*, pgs. 93 e segs. e pg. 105.

(21). — *Idem. Ibidem*, pg. 106.

dovia São Paulo-Rio de Janeiro. Esse trecho da São Paulo-Rio de Janeiro foi substituído com a construção de nova rodovia, nos anos 50, permanecendo o primitivo traçado como variante ligeiramente melhorada, a serviço daquelas cidades e dos produtores de leite.

Aberto esse caminho ainda no século XVIII, tratou-se de povoá-lo cedendo sesmarias aos que nele haviam trabalhado e, principalmente, aos que, munidos de ouro e escravos, pudessem se instalar nas suas margens e garantir sua conservação, num percurso de

“19 leguas e meya e 70 braças” (22).

Tais sucessos puseram à disposição dos colonizadores cerca de 4.000 quilômetros quadrados de terras revestidas de matas e próximas do mar. A qualidade dessas terras, salmourão, as condições de clima e da geografia, de economia, sociologia, e política, se organizaram de tal modo que se criou aí uma solução-tipo bem definida para a produção de café. Especialmente para a fazenda de monocultura de café, isto é, para as fazendas especificamente montadas e organizadas com objetivo de produzir café em grande volume. De fato, em que pese alguns produtos de subsistência serem nelas providos, seu programa e sua montagem estavam voltados para a produção de café.

A fim de organizar os dados capazes de demonstrar que foi realmente nessa região que nasceu a fazenda de café como unidade de monocultura, vale arrolar algumas indicações, sem a pretensão, contudo, de um inventário exaustivo, posto que muita coisa ainda resta a pesquisar. O interesse de uma tentativa deste tipo, de colocar algumas informações em posição num quadro demonstrativo, é unicamente o de uma hipótese de trabalho. Hipótese que deve ser controlada, revista, analisada, completada e até reformulada.

Para tanto foi dada ênfase às fontes primárias, informações de viajantes, e, apenas como elemento auxiliar, foram consultados estudos já elaborados. As principais fontes de consulta foram papéis oficiais, publicados ou não, inventários e testamentos, autos cíveis, papéis de Prefeituras e Câmaras Municipais, Tombamento de 1817, arquivos paroquiais de 1851-52 e o Recenseamento de Ordenança. Alguns trabalhos foram consultados, como a *História do Café no Brasil*, de Afonso Taunay, *Grandeza e Decadência do Café*, de Stanley Stein, *Vassouras*, do Arquiteto Silva Telles, e algumas referências históricas sobre sucessos correlatos, ainda restaria considerar, num estudo mais completo, as inúmeras monografias sobre o café, publicadas no século passado. Dentre elas, vale destacar: Frei Mariano da C.

(22). — *Idem. Ibidem*, pg. 118.

Velloso — *O fazendeiro do Brasil*. 1798, especialmente o capítulo 8º, que trata das “bebidas alimentosas”.

Barros (Domingos Borges de), *Memória sobre o café*, in *O Patriota*. Maio de 1813.

Recopilação do custo, Despezas e Rendimento de Hum Estabelecimento de Cultura do Caffeeiro. Rio de Janeiro. 1836.

Taunay (C. A.), *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1839.

Leite Brandão (José Eduardo), *Disertação sobre o cafeeiro*. Rio de Janeiro. 1842.

Alexandre Joaquim de Siqueira, *Memória Histórica do Município de Vassouras*. Rio de Janeiro. 1852.

Freire Alemão, *Quais as principais plantas...* “Revista do I. H. G. B.”. Volume XIX — 1856.

Luis da Silva Alves d’Azambuja Susano, *Plantação do café no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1857.

Machina Brasileira ... para descascar e Preparar Café. Rio de Janeiro. 1859.

Monografia do cafeeiro e do café. Rio de Janeiro. 1860.

Nicolau Joaquim Moreira, *Breves considerações sobre...* Rio de Janeiro. 1873.

Machina Brasileira ... para descascar e Preparar Café. Rio de Janeiro. 1876.

F. Peixoto Lacerda Werneck, *Memoria sobre a fundação e custo de uma fazenda na Provincia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro — 1878.

A Machina de Seccar Café. Taunay-Telles. Rio de Janeiro. 1881.

Dr. João Azevedo Carneiro Maia, *Noticias historicas e estatisticas do Municipio de Rezende, desde a sua fundação*. Rio de Janeiro. 1891.

Dentre as publicações estrangeiras vale indicar:

The coffee planter of. Saint Domingos, de P. J. Laborie, traduzido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e incluído no *O Fazendeiro do Brasil*, de frei Maria da Conceição Velloso.

Monereau, *Tratado sobre a cultura do café*.

Samuel Vaughan, *Observações pertencentes à cultura do café na ilha de São Domingos*.

John Ellis, *The History of. coffee*, de 1774.

Nicolau F. J. Eloy, *Examen de la question médico-politique sur l'usage habituel du café*.

É claro que um trabalho mais completo não dispensará a consulta como se tentou fazer no presente trabalho, dos documentos cartoriais e demais fontes primárias, como o fizeram Silva Telles e Stanley Stein para Vassouras, bem como o documentário jornalístico (notícias, arquivos e anúncios) e, muito especialmente, os manuscritos inéditos que — espera-se — estejam guardados pelos descendentes de antigos fazendeiros. Um dos principais propósitos do Museu Nacional do Café será, de acordo com o plano de aproveitamento da Fazenda Pau D'Alho, a reunião de todo documentário do café, que para isso deve ser microfilmado, esteja o documento onde estiver, seja ele de quem for. Manancial maior de informações é o levantamento arquitetônico das antigas fazendas, iniciativa acolhida e financiada pelo CONDEPHAAT, e que já alcança a substancial cifra de meio milheiro. A estas quinhentas fazendas devem ser acrescentadas, num futuro que se espera próximo, outras tantas, do Sul de Minas e Rio de Janeiro. Uma vez reunido esse material, os “furos” dessa documentação podem ser facilmente detectados e devidamente cobertos. Além desses, foram também consultados levantamentos de antigas fazendas, já reunidos pelo IPHAN por via de trabalho de pesquisas realizadas em função das obras de restauração da Fazenda Pau D'Alho e levadas a cabo pelo 4º Distrito.

O período de direto interesse vai dos últimos anos do século XVIII a 1835, posto que foi nesse tempo que surgiu o estabelecimento agrícola chamado “fazenda de café”. A área de interesse é, por motivos óbvios, a área do “caminho novo da Piedade”.

Em 1800 tal área estava dividida, na sistemática do “Recenseamento de Ordenança” (23) em oito companhias, a saber:

- 1ª Cia. — Vila Piedade de Lorena, bairros do Aterrado de Cima, Mato Dentro e Ribeirão.
 - 2ª Cia. — Bocaina e Geruvaparim.
 - 3ª Cia. — Barra do Embaú, Barra do Rio Morto, Vila Queimada e Queluz.
 - 4ª Cia. — Areias, Varge e Santana.
 - 5ª Cia. — Cachoeira.
 - 6ª Cia. — Bananal, Santo Antônio, Rancho e Piraf (a divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro era então Piraf).
 - 7ª Cia. — Porto do Meira, Campinho, Registro Velho, Passa Vinte, Embaú Acima.
 - 8ª Cia. — Areias, Mundéu, Itagaçaba e Estiva.
- Em 1799, na área da 4ª e 6ª Cias., a população era de

(23). — DAESP, População/Lorena cx. 98, ord. 98, Pasta de 1801.

1.394 brancos e 668 escravos, e a produção de café foi de 39 arrobas, 30 em Areias e 9 em Bananal. Na 1ª Cia., 3ª Esquadra, fogo 74, estava João Ferreira Guimarães, português, de 57 anos, casado com Isabel de Souza, de 41 anos e mais 6 filhos, de 16 a 4 anos. João Ferreira de Souza, nascido em 1772, primogênito de João Ferreira Guimarães, então com 20 anos, já não morava com o pai; estaria em Rezende (24).

Esse João Ferreira Guimarães obtivera sesmaria em 1796 (repertório de sesmarias) — juntado então a outra obtida, por compra, em 1792. Na primeira iria ficar a Fazenda Pau D'Alho; na segunda, a mais antiga, a fazenda Barreiro (25) (25a) João Ferreira Guima-

(24). — *Idem. Ibidem*, ano 1799, Mapas das Produções e dos Habitantes, e censo (4a. e 6a. Cias.).

DAESP, Cap. Mor de Lorena, cx. 89, ord. 335, doc. 89-2-15.

(25). — DAESP, *Repertório de Sesmarias Concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821*. Tipografia Globo. São Paulo, 1944, vol. VI, pg. 229.

INVENTÁRIOS, Cartório do 1º Ofício/Queluz — Maço nº 1, Isabel Maria de Souza, ano de 1819 (Apêndice nº 1).

(25a). — “Translado de escritura de venda de Hum citio e terras na paragem chamada o Barreiro, que fazem Antonio da Silva de Siqueira e bem assim sua mulher Maria Morera e Joam Ferreira Guimaraens morador no termo da villa de Lorena — fls. 83-84.

Hum citio e terras na Estrada do Caminho novo na paragem chamada o Ribeiram do Barreiro, termo dito da villa de Lorena: cujo citio consta de huas cazas de vivenda com tres lansos cubertas de Telhas e parede de mam com seis portás, e tres janellas; e assim mais hum lanso de casa cuberta de telha, que serve de cozinha; e assim mais dois Lansos de caza tam bem cuberta de Telha, que serve de Payol: com hum Monjolo, e arvoredos de Espinhos, e assim mais quatro lansos de Caza cuberta de telhas, que serve de Ranxo de passageiros: e tudo se haxa situado em hua sorte de terras, que tem de Testada nove centas Brassas medidas pela Estrada; ou o que se achar emtre o marco que divide as terras do Guarda mor Pedro da Cunha, com cujos partem as ditas Terras; e com mea Legoa de Sertam para cada lado da Estrada servindo a mesma de Piam; cujas terras disseram elles vendedores que as ouveram por lhes haver dada em nome de Sua Magestade o Capitam Mor Regendo distrito Manuel da Silva Reis, de que lhes passou hua sédulla, ou consesam, em virtude da qual elles ditos vendedores as tem Logrado, possuido, e cultivado com posse pessoal, e atual, ha bastantes annos, sem contradissam de pesoa algua cujo citio, e terras asima declarados, disserem elles outorgantes vendedores, que vendiam, como com effeito vendidos tinham de hoje para todo o sempre a Joam Ferreira Guimaraens, por presso e quantia de quatro centos e sincoenta mil reis em dinheiro, moeda corrente deste Reino, que confessaram elles vendedores haverem recebido do que dou fé/ Escritura feita aos quatro dias do mes de setembro de 1792. Lançada no livro de Notas do Tabelião do publico, judicial e notas, Salvador Correa Leme, a fls. 152 verso/ Dada na Freguesia de Santa Ana das Areias Termo de Lorena.

rões morreu antes de 1808 e em 1819, sua viuva (26). A Fazenda Pau D'Alho foi aberta por João Ferreira de Souza e a Fazenda Barreiro, então já montada, ficou com a sua irmã Anacleto, casada com Fortunato Pereira Leite.

Em 1801, somente na 4ª Cia. se produzia café. O mapa geral de produção desta Cia. assinala 20 dúzias de galinhas, 50 arrobas de açúcar e 6 arrobas de café (27).

No fogo 27 moravam João Ferreira Guimarães, alferes das ordenanças de Minas, natural de Guimarães, com 61 anos, e Isabel Maria, natural de Minas, capela de Carambeú, bispado de Mariana (28), e mais 6 filhos. Nesta altura, também seu filho José, que estivera com ele em 1799 com 15 anos, já saíra de casa, assim como os escravos Pedro, Rosa, Paulo, Joaquim e Maria, que

“se mudarão p.a hua fazenda q. comprou no distrito da V. de Rez. e.) (29).

Nesta mesma Cia., no bairro de Santana, fogo 39, vive Francisco Alves da Cunha Carvalho, de 31 anos, n.al de Braga, e sua mulher Mariana Ferreira de 27 anos, m.er N.al de Minas, freguesia de Iruoca, Mariana Ferreira era irmã de João Ferreira de Souza (30). Em comparação com o ano anterior, sete famílias se haviam mudado para Rezende, e duas tinham vindo desta vila” (31).

Em 1802 o plantio de café começa a se alastrar: Areias produz 20 arrobas, Bananal 40 arrobas e Mundéu 28 arrobas, num total de 88 arrobas (32).

De 1803 a 1813 há um vazio nas informações dos Recenseamentos de Ordenanças.

(26). — DAESP, Pop./Lorena, cx. 100, ord. 100, 4a. Cia. Bairro das Areias.

INVENTÁRIOS, Cartório do 1º Ofício/Queluz, Maço nº 1, Isabel Maria de Souza.

(27). — DAESP, Pop./Lorena, cx. 98, Mapas das Produções.

(28). — *Idem*, censo de 1801, 4a. Cia.

INVENTÁRIOS, Cartório do 1º Ofício/Queluz, Maço nº 1, Isabel Maria de Souza.

(29). — *Idem*, censo de 1801, 4a. Cia.

(30). — *Idem. Ibidem*.

INVENTÁRIOS, Cartório do 1º Ofício/Queluz, Maço nº 1, Isabel Maria de Souza.

(31). — *Idem. Ibidem* (observações finais do censo).

(32). — *Idem*, censo de 1802, Mapas das produções.

Taunay (*História do Café no Brasil*, t. II, vol. II) dá Rezende como foco distribuidor de café na região (cap. XXII).

Em 1814 mantém-se a sistemática de 8 Cias., mas a produção de café alcança um total de 3.606 arrobas. A razão deste significativo aumento da produção de café seria, de um lado, o mercado firme do Rio de Janeiro, e de outro, o motivo expresso por um ofício pela Câmara de Lorena ao Governador:

“O Senado da Camara da Vila de Lorena teve a honra de receber... e conhecendo ser do agrado do... Príncipe Regente Nosso Senhor, que para esta Capitania se dirijam Medicos, Sirurgioens, Engenheiros, Hydraulicos e Tupographicos, e Contadores, e que p.a assistencia destes seja necessario os seus vassallos contribuirem com o emposto nos generos mais proprios do Paiz. ... convocamo aos officiais da Camara do anno passado... e assentamos:... seja o seu tributo e novo Emposto de vinte reis em cada arroba de assucar, que se fabricar, e o da m.ma q.ta em cada arroba de Caffé que se colher, som.e na primr.a venda em caza do Lavrador que sera obrigado a dar ao Senado huma exata conta do rendim.to de sua safra, e colheita. Estes generos alem de Serem os de mais aumento, utilid.e e prompta sahida; tão bem o hé de mais interese, q. podera render conforme temos calculado sincoenta athe sesenta mil Reis, e por serem os unicos generos do Paiz esperamos que dê p.a o diante mayores intereces. Villa de Lorena, em Camera de 24 de julho de 1800 ao Exmo. Sr. Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça” (33).

*

Por Cias., em 1814, a produção era:

1ª Cia. — 10 arrobas de café. Pínga e açúcar servem ao consumo local.

2ª Cia. — 22 arrobas de café, aguardente 452 barris.

3ª Cia. — 806 arrobas de café.

4ª Cia. — 928 arrobas de café (34), sendo a maior produção (150 arrobas) de um mineiro Alferes José Gomes de Moraes. O fluminense Amaro da Silva Couto, com 8 escravos, produz 100 arrobas. José da Silveira Camargo, de Lorena, senhor de Engenho, produz 50 arrobas com 15 escravos, o negociante Gabriel Serafim da Silva, com 30 escravos, colhe 35 arrobas, Antunes Fialho, com igual número de escravos, produz 40 arrobas, mas em relação a este vem expresso que seu interesse maior está na fazenda de criar. Outro senhor de engenho, Capitão Joaquim Lopes Guimarães, português, cunhado de João Ferreira de Souza, produz 40 arrobas (35).

(33). — DAESP, Offícios das Câmaras/Lorena, etc., cx. 6, ord. 232, doc. 6-3-35.

(34). — DAESP, População/Lorena, cx. 102, Mapas das Produções.

(35). — *Idem*, censo da 4a. Cia., fogos nº 1, 131, 75, 128 e 72.

As 5ª e 7ª Cias. não produziram café.

A 6ª Cia. (Bananal) teve, nesse período, uma produção considerável: muita pinga, muito açúcar, muito toucinho e também muito café, 1547 arrobas, quase a metade da produção de café da região.

8ª Cia. produziu 349 arrobas de café (36).

De 1814 a 1818 a situação do café se firmou e a região alcançou uma população de 7.255 habitantes, dobrando a produção de açúcar e de café (37). Em 1817, Areias passa à vila, pelo que o Recenseamento de Ordenanças fica novamente organizado em 4 Cias., com uma produção global de 7.415 arrobas de açúcar e 7.921 arrobas de café (38).

Em 1817, na 1ª Cia. (Areias, Varginha, Barreiro, Feio e Formoso), em 6 bairros, com 568 escravos, 40 agricultores produzem café (1.313 arrobas) (39). O Capitão Joaquim Gomes de Siqueira e Isabel Maria de Souza (viuva de João Ferreira Guimarães) só produzem cereais (40). Mas em 1818 o Capitão Joaquim Gomes de Siqueira produz 200 arrobas de café, e o Capitão João Ferreira de Souza, com 46 anos, 23 escravos, na Fazenda Pau D'Alho produz milho, arroz e 50 barris de aguardente (41). Fortunato Pereira Leite e João Ferreira de Souza até 1817 estavam em Rezende, mas em 1818 João Ferreira de Souza já mora na Fazenda Pau D'Alho (42), cuja sede deve ter iniciado então, ou no ano anterior, data em que Martius, passando ali perto, nada assinala no seu diário (43). Das instalações em execução, João Ferreira de Souza deve ter dado preferência àquelas de uso imediato, como o engenho de cana. Como em 1822 ele já tem 60 mil pés de café e a sede da fazenda acabada, pelo menos o café já devia estar plantado, ou a plantação iniciada. A 2ª Cia., no Mundéu (entre Areias e Silveiras), tem 1.340 arrobas produzidas em 32 fazendas (44).

(36). — *Idem*, Mapas das Produções.

(37). — DAESP, População/Areias, cx. 3, ord. 3, Mapa Geral dos Habitantes e Mapa das Produções da Paróquia, ano 1818.

(38). — *Idem*, Mapa das Produções, ano 1817.

(39). — Quadros estatísticos elaborados a partir do Recenseamento de Ordenanças, ano 1818 (Jaelson B. Trindade), Arquivo 4º Distrito, IPHAN.

(40). — DAESP, Pop./Areias, cx. 3, censo da 1a. Cia., ano 1817, fogos nº 1, 273 e 314.

(41). — *Idem*, ano 1818, fogos nº 270 e 297.

(42). — *Idem, ibidem*, fogos nºs 266 e 270. cx. 89, ord. 335, doc. 89-2-11.

(43). — Martius, *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, Vol. I — 1938, pg. 182.

(44). — DAESP, Pop. Areias. — Cx. 3. — ord. 3 — ano 1818, 2a. Cia., Mapas das Produções.

O Capitão desta Cia., senhor de engenho Domingos da Silva, com uma produção de 120 arrobas de açúcar, foi substituído pelo Capitão Alexandre Tomás da Silva (45).

Na 4ª Cia. (Bananal), em 10 bairros e 464 fogos, se produz 7.065 arrobas de café, sendo que 4 senhores de engenho aparecem com produção de 400 arrobas, 200 arrobas, 150 arrobas e 100 arrobas. O Capitão dessa Cia., Francisco Álvares da Cunha Carvalho, com 18 escravos, produz 85 arrobas na Boa Vista, Manoel Joaquim de Siqueira manda para o Rio 80 arrobas e acusa a produção de outras 80 arrobas, "em ser". No mesmo bairro, José Ramos Nogueira, de Rezende, 50 escravos, senhor de engenho, produz 100 arrobas de café. Luciano José de Almeida produz 120 arrobas de café. Luciano José de Almeida produz 120 arrobas. Em Três Barras, o mineiro Luiz Gomes Nogueira, senhor de engenho, exporta para o Rio 400 arrobas de café e 810 arrobas de açúcar (46).

Na mesma zona de Bananal, no ano anterior, de 1817, na 4ª Cia., o Guarda Mór Joaquim F. Pena, com 40 escravos, produz 150 arrobas de café; o português Capitão F. Álvares da Cunha, casado com mineira, com 16 escravos, produz 90 arrobas e o mineiro Joaquim F. de Souza produz 80 arrobas (47).

Para um conjunto de cerca de quatrocentos mil pés de café, em produção por volta de 1814, quatro anos depois aparecem mais de dois milhões de pés de café, que vão produzir 46.802 arrobas em 1822 (48). Na verdade, estes dois milhões e tantos mil pés de café já estariam plantados em 1818, ou em plantio, posto que o café leva de três a quatro anos para produzir.

Discute-se se o café entrou no Estado de São Paulo por Areias ou Jundiá (49), problema de interesse relativo para estudo da criação da unidade "Fazenda de Café". Parece seguro que ao entrar o século XIX o plantio de café já era conhecido e praticado. Tudo leva a acreditar, de outra parte, que Rezende tenha sido, nessa região, o seu foco principal de irradiação (50). O que se pode dizer com certa convicção é que nos primeiros 15 anos do século XIX, o café é ainda apenas um conviva de algumas unidades agrícolas, as quais,

(45). — *Idem.* 2a. Cia., anos de 1817 e 1818, ambos no fogo nº 1 (Censo).

(46). — *Idem.* 4a. Cia. ano 1818. Mapas das Produções e Censo, fogos nºs 1, 244, 362, 343 e 358.

(47). — *Idem.* *Ibidem.* ano 1817, Censo, fogos nºs 1, 30 e 120.

(48). — *Idem.* ano 1822. Mapas das Produções da Paróquia.

(49). — Taunay (Affonso de E.), *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, 1939, pg. 332.

(50). — *Idem.* *Ibidem.* Cap. XXII.

segundo Eschwege, para 1808, em toda a Capitania havia 190 fazendas exclusivamente de criação, 458 engenhos de assucar (*sic*), 601 de aguardente, 32 fabricas de anil e 36 moinhos de arroz (51). Fazendeiro algum teria, em 1818, mais de 20.000 pés plantados (52). Rezende, na beira do Paraíba, vizinhança geográfica dos dois "caminhos novos" que empolgavam os colonos procedentes da Comarca do Rio das Mortes, e que assim depois se chamou (antes era Monte Alegre) pelo número grande de sesmarias aí concedidas, por volta de 1785, pelo vice-rei Conde de Rezende (53), teve o café por via do Padre Antônio do Couto da Fonseca, desde 1775. Nos primeiros anos do século XIX, várias propriedades agrícolas aí objeto de compra, possuíam cafezais (54). Bananal, Areias, Lorena, e em geral a área do "caminho novo da Trindade" foram os principais beneficiários deste foco cafezista.

O que importa, entretanto, é assinalar que tanto em Rezende, como em São João Marcos, como em Mathias Cardoso, localidades (cafezistas pioneiras) o café foi sempre conviva do engenho e das fazendas mistas. Mesmo em Patí do Alferes e Vassouras, assim como Guaringuetá e Lorena, onde depois surgiram latifúndios cafezistas, por volta de 1830, ou melhor, bem depois da queda de Napoleão, e especialmente depois da valorização do café em 1820 (55), zonas já ocupadas na 1ª década do século XIX, o café não foi o motivo principal da ocupação territorial.

No "caminho novo de Trindade", ao contrário, foi exatamente isso que aconteceu, posto que foi aí que, pela primeira vez, foram montadas fazendas especialmente destinadas à produção do café.

De qualquer modo, estas cifras assinalam uma radical mudança no quadro da cultura do café, nesta região, entre 1818 e 1822. Com efeito, para 20, 30, 50 ou mesmo 100 arrobas de produção, não há necessidade maior de instalações especiais para sua cultura e beneficiamento. Qualquer pedaço de chão limpo e qualquer meia dúzia de pilões manuais resolvem o problema. Mas 20, 30, 50 ou 100.000 pés de café em produção, ou seja, 400, 600, 1.000 ou 2.000 arrobas, implicam num programa completo de instalações, constituindo-se as mesmas numa realização inédita para a época. Esse tipo de problema ocorreu nessa paróquia de Areias entre 1818 e 1822. Foi exatamente nessa região e nessa época que João Ferreira de Souza montou a Fazenda Pau D'Alho e construiu a sua sede.

(51). — *Idem. Ibidem*, pg. 336.

(52). — *Idem. Ibidem*, pg. 176.

(53). — *Idem. Ibidem*, pg. 142.

(54). — *Idem. Ibidem*, pg. 142.

(55). — *Idem. Ibidem*, pg. 199.

Parece importante assinalar que a produção dos demais gêneros então decaí. O açúcar que em 1818 alcançava 7.415 arrobas, desce para 2.400 arrobas em 1822; a produção de toucinho, que em 1818 alcançava 4.911 arrobas, decaí para 3.169 arrobas em 1822 (56).

Alem disso, amostragens tomadas nos anos 1825, 1828, 1829 e 1835 e 1836, denunciam um notavel aumento na produção de café, convertendo este produto num açambarcador das atividades agrárias.

Antes, porem, de indicar esta interessante extrapolação, é preciso esmiuçar os dados relativos ao ano de 1822. A paróquia de São Miguel das Areias (frequentemente confundida com Santana das Areias não só nos documentos particulares mas também nos documentos públicos, provavelmente por causa de Santana dos Tocos, localidade instalada no primitivo traçado, beira-rio, do "caminho novo da Trindade"), estava dividida em 4 Cias., com total de 8.424 habitantes, 3.880 escravos e 958 agricultores (57).

1ª Cia. — Compreendia os seguintes bairros: Varginha, Santana Acima, Santana Abaixo, Barreiro, Feio, Formoso, com um total de 4.955 habitantes e 1.082 escravos, com uma produção de 9.238 arrobas de café, ao que corresponde cerca de 500.000 pés de café para 100 plantadores (58). Para sete mineiros, 4 paulistas e um homem da Corte casado com mineira. Três mineiros não produzem café, mas cuidam de seus engenhos. José Gomes de Moraes, Fortunato Pereira Leite, João Ferreira de Souza, Maria Felizarda dos Reis, José da Silveira Camargo e Gabriel Serafim da Silva produzem, cada um, de 300 a 500 arrobas, com plantações que vão de 6 a 10.000 pés de café. João Ferreira de Souza, proprietário da Pau D'Alho, e seu cunhado Fortunato Pereira Leite, proprietário da Barreiro, produzem 400 e 500 arrobas respectivamente. Os mapas do Recenseamento de Ordenanças para esse ano, trazem uma confirmação de que em 1819 João Ferreira de Souza já morava na Pau D'Alho, tendo aí nascido um seu filho, que estava com 3 anos (59). Para o período imediatamente anterior, foram "acusados" de estar na Pau D'Alho, mas ir dormir em Rezende (60).

2ª Cia. — No Mundéu, tem 1.390 habitantes, e produz 8.056 arrobas de café.

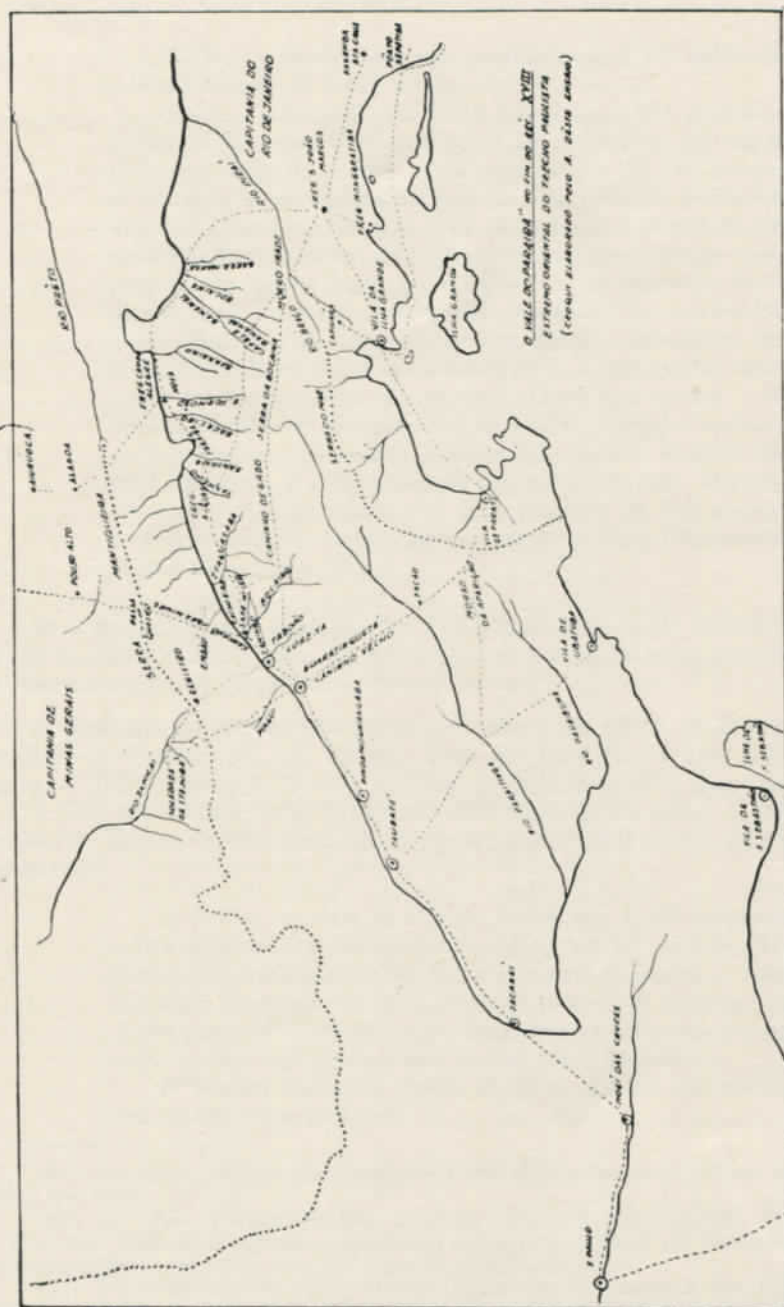
(56). — DAESP. Mapas das Produções, anos de 1818 e 1822.

(57). — *Idem*. Mapas dos Habitantes e das Ocupações, ano 1822.

(58). — *Idem*. Mapas das Produções, e Censos, Estatísticas. Quadro estatístico elaborado a partir do Recenseamento de Ordenanças 1822. Arq. do 4º Distrito do IPHAN. 1a. Cia. ano 1822.

(59). — *Idem*. Censo 1a. Cia. fogos nºs 1, 2, 3, 132, 160, 275, 307, 325, 326, 337, 344.

(60). — DAESP. Cap. Mor de Lorena, cx. 89, ord. 335, doc. 89-2-11.



"O Caminho novo da Piedade" — Cf. Pereira dos Reis (Paulo).

3ª Cia. — Queluz, tem uma população de 1.489 habitantes, e uma produção de 7.036 arrobas de café.

4ª Cia. — Bananal, tem 2.918 habitantes, 1.966 escravos, e produz 22.472 arrobas de café (61): 19 plantadores são responsáveis por mais da metade dessa produção — 13.518 arrobas. A distribuição por bairros dá também uma idéia da distribuição dos plantadores. No bairro da Vila, de 29 fogos, 6 produzem café; no bairro Santo Antônio, de 96 fogos, 2 produzem café; no bairro João Pereira, dos 38 fogos, 2 produzem café; no bairro do Retiro, de 144 fogos, apenas 9 plantam café. No Retiro, os mineiros Nogueira, Hilário, Luiz Gomes e Antônio Gomes, apresentam uma produção conjunta que é ultrapassada pelas 1.000 arrobas alcançadas por Luciano José de Almeida. Outro que produz 1.000 arrobas de café é o português José de Aguiar, plantador no bairro de João Pereira. Aí aparece também um cunhado de João Ferreira de Souza e antigo morador de Areias, Capitão Francisco Alves da Cunha Carvalho, com uma produção de 900 arrobas. O Tenente mineiro Antônio Barbosa da Silva, com 101 escravos, produz 500 arrobas (62).

Se a produção já é contada, em 1822, por dezenas de milheiros de pés de café, em 1825 sobe, em muitos casos, a mais de meia centena ou mesmo a centena de milheiros de pés de café.

A paróquia de Areias está agora dividida, para efeito do Recenseamento de Ordenanças, em 7 Cias., com um total de 11.104 habitantes, 4.385 escravos e 79.491 arrobas de café, com 371 fazendas, 3.115.000 pés de café, com 3.115 escravos empregados nelas; 4.070 arrobas de açúcar, 5.095 canadas de aguardente, e 200 dúzias de galinhas (63).

A 1ª Cia., na área da Vila de Areias, tem 1.628 habitantes, e 743 escravos. Gabriel Serafim da Silva, com 48 escravos (64), produz 200 arrobas e tem 40.000 pés de café plantados... Capitão Mór Domingos da Silva Moreira produz 50 arrobas, tem 5.000 pés e 34 bestas de carga. Domingos da Silva Ribeiro, mineiro, produz 600 arrobas, tem 16.000 pés e 28 bestas.

O mineiro Alexandre Tomás da Silva, produz 600 arrobas, tem 40.000 pés e 35 bestas.

(61). — *Idem*. Mapas das Produções e dos Habitantes da 2a., 3a. e 4a. Cias., ano 1822.

(62). — *Idem*. *Ibidem*, 4a. Cia. e Censo, fogos nºs 269, 270, 271, 325, 1, 10 e 126. Estatística. Quadros estatísticos elaborados a partir do Recenseamento de Ordenanças 1822. Arq. 4º Distrito do IPHAN.

(63). — *Idem*, ano de 1825, Mapas Gerais dos Habitantes e das Produções.

(64). — *Idem*. *Ibidem*, da 1a. Cia.

José Monteiro da Silva, de Cunha, produz 600 arrobas, tem 16.000 pés e 23 bestas.

José da Silveira Camargo, com 41 escravos, produz 800 arrobas e tem 40.000 pés de café.

José Gomes de Moraes, com 49 escravos, produz 800 arrobas, tem 60.000 pés e 28 bestas.

Fortunato Pereira Leite, com 60 escravos, produz 2.000 arrobas e tem 50.000 pés.

João Ferreira de Souza, com 60 escravos, produz 2.470 arrobas e tem 60.000 pés.

Maria Felizarda, produz 890 arrobas, e tem 32.000 pés e 30 bestas.

Alferes Jesuino Ferreira Guimarães, tem 6.000 pés, e José Celidônio, 1.000 pés (65).

Na 4ª Cia., na área de Areias, Bairro de Santana e Santana Acima, os mineiros José Pio Ferreira e Joaquim Lopes Guimarães têm uma produção de 800 a 1.000 arrobas, com 16 e 40 mil pés, respectivamente (66).

A 2ª Cia., no Mundéu, o Capitão João Moreira da Silva e o Alferes Antônio Pires Figueira produzem 400 e 500 arrobas em 24 e 9 mil pés, respectivamente. Joaquim Ribeiro da Silva, acusando uma plantação de 18 mil pés, colhe somente 130 arrobas (67).

As Cias. 5ª e 6ª, no Bananal, acusam uma produção volumosa: José Aguiar Toledo produz 1.700 arrobas, e tem 100 mil pés.

Luiz Gomes Nogueira, 2 mil arrobas e 100 mil pés.

Joaquim Silvério de Castro, 600 arrobas e 50 mil pés.

Antônio Barbosa da Silva, 1.000 arrobas e 80 mil pés.

Luciano José de Almeida, 2 mil arrobas, e 50 mil pés.

José Ramos Nogueira, 1.000 arrobas e 30 mil pés (68).

Os censos de 1828 a 1836 somente confirmam esse crescendo firme na produção regional do café. Agora a paróquia está dividida em 7 Cias., Na 1ª Cia., Vila de São Miguel das Areias — o ajudante Silva Ribeiro, que em 1828 produz 1.200 arrobas, passa a produzir, em 1835, 2.500 arrobas (69).

(65). — *Idem*, Censo, 1a. Cia., fogos nºs 1, 2, 5, 6, 181, 95, 140, 152, 162, 166 e 75.

(66). — *Idem. Ibidem*, 4a. Cia. fogos nºs 1 e 78.

(67). — *Idem. Ibidem*, 2a. Cia. fogos nºs 1, 2 e 3.

(68). — *Idem. Ibidem*, 5a. e 6a. Cias. fogos nºs 139, 125, 23, 64, 110 e 104, respectivamente.

(69). — DAESP. População/Areias. cx. 4, ord. 4. Censo 1a. Cia. ano 1828, fogo nº 4; cx. 5, ord. 5, Areias, 1º Distrito, 1º quarteirão, fogo nº 8.

O capitão José Monteiro da Silva, em 1828 produz 800 arrobas, e em 1835, 1.500 arrobas (70).

Alguns plantadores passaram para a 4ª Cia. (Santana, Barreiro e Formoso): Maria Felizarda dos Reis, que em 1825 produzia 890 arrobas, em 1828, 2.100 arrobas, e em 1829, 2.200 arrobas (71).

O capitão João Ferreira de Souza, que em 1825, com 60 escravos, na Fazenda Pau D'Alho, produzia 2.470 arrobas, agora com 150 escravos, viu sua produção cair para 600 arrobas, mas em 1829 produz 3.171 arrobas, em 1830, 3.800 arrobas, e finalmente em 1836, produz 6.250 arrobas. Na sua Fazenda do Bonito, cuida apenas de criação e cereais (72).

José Celidônio Gomes, produz 1.800 arrobas (73).

Fortunato Pereira Leite, em 1828 produz 1.500 arrobas; em 1830, colhe 2.500 arrobas, e em 1836, 2.500 arrobas (74).

Antônio Ferreira de Souza, em 1829, colhe 400 arrobas, em 1830, 500 arrobas, e em 1836, 2.200 arrobas (75).

Joaquim Lopes Guimarães, em 1828, produz 700 arrobas, e em 1836, 800 arrobas (76).

Em Bananal, 5ª e 6ª Cias., é onde se concentra a maior produção (77):

5ª: Antônio Barbosa da Silva, dono dos dois maiores engenhos de Bananal, com 101 escravos produz 6.380 arrobas de

(70). — *Idem. Ibidem*, fogo nº 3; *idem, idem*, fogo nº 2.

(71). — *Idem. Ibidem*, 4a. Cia. fogos nº 147 — 1828; Censo de 1829, fogo nº 141.

(72). — *Idem. Ibidem*, fogo 141 de 1828; Censo de 1829, fogo nº 134 e 144; Censo de 1830, fogo nº 121; cx. 5, ord. 5, distrito de Paz do Barreiro, quarteirão nº 3 de Sanctanna, fogos nºs 1, 2.

(73). — DAESP. Pop. Areias, cx. 4, ord. 4 — 1828, 4a. Cia., fogo nº 148; Censo de 1829, fogo nº 132; Censo de 1830, fogo nº 131.

(74). — *Idem. Ibidem*, fogo nº 139; Censo de 1830, fogo nº 117, cx. 5, ord. 5, curato de São José do Barreiro, 1º Distrito, quarteirão nº 2, fogo 39.

(75). — *Idem. Ibidem*. Censo de 1829, fogo nº 75; Censo de 1830, fogo nº 119; cx. 5, ord. 5, ano de 1836, Distrito de Paz do Barreiro, quarteirão nº 3 de Sanctanna, fogo nº 3.

(76). — *Idem. Ibidem*. Censo de 1828, fogo nº 1; cx. 5, ord. 5, 1º Distrito Sanctanna, quarteirão nº 5, fogo nº 33.

(77). — Parece haver uma diferença entre a ocupação dos territórios de Areias, especialmente Barreiro, e Bananal. Na hora da ocupação da área de Barreiro em torno de 1818, já era hora de partir, com exclusivismo, para o café. Nessa hora, Bananal já estava empenhada na produção do açúcar, e, embora também tenha passado a produzir café, e em grande volume, não teria se desvinculado totalmente da influência das instalações de engenhos.

café (fogo 173).

6º: Luciano José de Almeida, com 106 escravos, produz 3.000 arrobas de café (fogo 178).

5º: Ajudante Luiz Gomes Nogueira, com 82 escravos, produz 4.000 arrobas (fogo 472).

5º José de Aguiar Toledo, com 80 escravos, produz 2.500 arrobas (fogo 100).

6º: Manoel Joaquim de Siqueira, produz 2.500 arrobas (fogo 172).

6º: José Ramos Nogueira, com 87 escravos, produz 2.000 arrobas (fogo 179).

6º: Joaquim M. de Freitas, produz 1.200 arrobas (fogo 70).

5º: José Gonçalves Pereira, 1.000 arrobas (fogo 111).

5º: Alferes José Magalhães Couto, 850 arrobas (fogo 135).

5º: Joaquim Ferreira Pena, produz 700 arrobas (fogo 30).

6º: Coronel Inácio Gabriel Monteiro de Barros, produz 750 arrobas (fogo 168).

6º: José Nunez Teixeira, produz 700 arrobas (administrador do Capitão Barbosa da Silva) (fogo 167).

6º: Alferes Francisco Aguiar Vallim, produz 500 arrobas (fogo 2) (78).

Os estabelecimentos agrícolas se tornaram, então, núcleo de concentração de gente. Para abrigar e alimentar várias dezenas e mesmo centenas de escravos em trabalho, eram necessárias instalações de morar e de beneficiar, produção de alimentos, tais como senzalas, paióis, moinhos e pilões, o que equivale a dizer senzalas, depósitos e moinhos já construídos e em funcionamento. Para beneficiar, depositar e aviar 1.000, 2.000 ou mais arrobas de café, um ou mais terreiros eram necessários, bem como equipamento mecânico como baterias de pilões e regos de água canalizada até um lugar expressamente afeiçoado ao trabalho, isto é, engenhos, tulhas, casas de secar e de escolha, etc. Para transportar a produção eram necessárias 30 ou mais bestas de carga, requerendo cobertas para abrigo. Os serviços rotineiros exigiam uma tenda de ferreiro, casa do administrador e, afinal, uma casa de morada. Quase sempre padaria, olaria e enfermaria, além de construções eventuais, inclusive casas com armação para armazens de vendas.

A quantificação desses itens e a organização desse programa, matéria preliminar de qualquer instalação, bem como a experiência das diferentes soluções porventura adotadas, de validade individual e pro-

(78). — DAESP. População/Aréias, cx. 4, ord. 4, censo do ano de 1828, 5a. e 6a. Cias., fogos nºs 173, 472, 106, 111, 139, 30 e 178, 172, 179, 70, 168, 167, 2 respectivamente.

cedência diversa, teria que ser novamente elaboradas, agora para diferentes finalidades.

No caso da instalação cafezista, pelo menos duas fontes de experiências estavam disponíveis: a das fazendas mineiras, quase todas voltadas para a produção de açúcar, e aguardente, ou para a produção de cereais; e dos engenhos da baixada fluminense, e das também fluminenses fazendas mistas. A experiência dos estabelecimentos do planalto paulista ou dos engenhos do litoral norte de São Paulo pouco ou nada contribuiu para a solução do problema da sede da fazenda do café. Talvez por motivo de tradição construtiva: a do planalto, fundada na técnica da taipa de pilão, e a do litoral, que contava, para construções de pedra, com as disponibilidades de cal, de difícil obtenção no planalto. Do ponto de vista programático, estes dois últimos exemplos — do planalto e do litoral — nada apresentavam de aproveitável.

Nestas circunstâncias, e para tentar uma sistemática de problemas, a fazenda de café deve ser considerada em termos de tese, de programa, de organização do espaço, de esquema construtivo, de partido e afinal de resultado plástico.

A tese de uma sede de estabelecimento rural especificamente voltado para a produção de café, é uma tese nova, na medida em que se diferencia dos estabelecimentos rurais até então conhecidos, inclusive das fazendas mistas que então produziam também café. E a novidade nela representa um condicionamento geográfico e uma categoria funcional específica.

Parece difícil compreender uma fazenda de café, pelo menos no momento em que ela nasceu como tese (suponhamos, entre 1814 e 1818) sem apreciar devidamente as condições de geografia que definiam o aproveitamento potencial da área do “caminho novo da Piedade”. A natureza do solo, sua cobertura vegetal característica, sua topografia e o sistema de drenagem definidor do “mar de morros” do Vale do Paraíba, entre a calha desse rio e a escarpa da Serra do Mar, as condições de clima e as condições de transporte para os portos de exportação são parâmetros desse novo problema.

É importante assinalar que o *humus* é uma associação que o café alcançou desde as suas primeiras experiências nacionais, especialmente aquelas realizadas em Jacarepaguá, na Cerca dos Barbadinhos e na Tijuca. Esta associação e o afeiçoamento pelos terrenos de altitude, constituíam dois compromissos já sabidos quando o café tomou o rumo do “caminho novo de Garcia Paes” e, sobretudo, o rumo do “caminho novo da Piedade”. Destas duas áreas, posto que a primeira já estava, nessa época — primeiro quartel do século XIX — comprometida com a implantação de engenhos e de estabelecimentos rurais

de tipo policultor, a segunda desfrutava de condições favoráveis: mata, proximidade dos portos, resultados positivos durante dois lustros de experiência e, especialmente, nenhum compromisso maior em matéria de ocupação territorial. Será indispensável assinalar que o elemento de convicção em favor da opção café deveria ser bastante forte, especialmente quando posto em confronto, como acontecia então, com outras alternativas de rentabilidade comprovada e de prazo relativamente mais curto. Na verdade, enquanto um engenho podia ser pago em 2 ou 3 anos, e uma fazenda mista, sem perspectivas espetaculares, modorrava numa rentabilidade segura, porém modesta, enquanto isso, o empreendimento cafezista levaria cerca de 11 anos para se pagar, além de um prazo de carência de 3 ou 4 anos para começar a produzir, tempo do cafeeiro brotar, crescer e dar frutos. Além disso, havia o problema do capital a ser empregado:

“para produzir mil arrobas é preciso pelo menos 20 escravos” (79)

e, de quebra, o problema do transporte da mercadoria produzida para a Corte ou para a Marinha próxima, e que representava um item fundamental do programa de uma fazenda de café. Tanto é assim que o número de bestas de carga vem assinalado nos mapas de Recenseamento de Ordenanças, ao lado do número dos pés de café e do número de escravos. As áreas cobertas destinadas às “tropas” vêm assinaladas nos inventários, mesmo nos inventários tardios, do fim do século XIX, quando a estrada de ferro já era uma realidade.

Além do problema da geografia regional, no qual se inclui o tipo de solo, cobertura vegetal, clima, etc., o da topografia local se afigura ter assumido uma relevância especial, posto que era dela que dependia a possibilidade de obter água controlada por meio de regos e canais; água para os engenhos e lavadouros, mais do que a de beber, que esta seria fácil num tipo de solo fofo coberto de matas e cheio de fontes. Além dessas condições gerais, e naturalmente, do problema de obter terras e dispor de capital — dinheiro e escravos — o programa de um estabelecimento cafezista do tipo que se montou nessa época e nessa região, encontramos-lo expresso nos inventários, quanto estes arrolam benfeitorias de uma propriedade cafezista. O inventário da Fazenda Barreiro (80), contemporâneo da Fazenda Pau D’Alho, e

(79). — DAESP. Offícios diversos/Areias. cx. 13, ord. 807, Pasta 2, doc. 13-2-4, em 15-11-1827. Nessa carta, dirigida ao vice-presidente da Província, Joaquim Lopes Guimarães alega a sem razão de alguém, justificando que “essa cultura (café) ocupa 20 escravos ao menos, quando não possui nenhum”.

(80). — Inventários, Cartório do 1º ofício, Bananal (D. N. S. J. B.), maço 91. Fortunato Pereira Leite.

de propriedade de um cunhado de João Ferreira de Souza é, nesse sentido, bastante elucidativo.

Esse inventário, de 1874, relaciona os edifícios e benfeitorias, parte possivelmente datando de 1819:

- A casa de morada coberta de telha na fazenda;
- Sete lances de casas cobertas de telhas no correr da casa de morada, inclusive cozinha;
- Onze lances de casas cobertas de telhas de moradia dos pretos, inclusive dois lances assoalhados;
- A casa de pesar café, com seis lances cobertos de telhas, já bem arruinada;
- Correr de casas de escolha, com dez lances cobertos de telhas, inclusive o puxado para o engenho d'água e para os monjolos e para a casa do alambique;
- A casa coberta de telha com um engenho de cana;
- O paiol coberto de telhas e casas anexas;
- A casa com moinho de fubá, com pedras das ilhas e um outro abandonado com pedras do país;
- Casa coberta de telha em frente da casa de morada com padaria e mais pertences;
- Casa velha que foi de F. de Barros Louzada;
- A casa coberta de telha que acha aberta unida a porteira da entrada da Vila;
- A casa com armação de negócios, onde mora o negociante Malheiros;
- A tenda e mais pertences, incluindo fole;
- Engenho novo com roda d'água;
- Dois monjolos;
- Abanador velho com rodinha d'água.

Outro inventário da mesma Fazenda Barreiro (81), de 1835, ano em que morreu Anacleto, irmã de João de Ferreira de Souza e mulher de Fortunato Pereira Leite, traz igualmente uma descrição da sede da Fazenda Barreiro. Nessa época, Fortunato tinha 150 mil pés de café, 1.996 arrobas de café "colhido em ramas" e 470 arrobas de café já socado e pronto para embarcar (82).

- Uma morada de casa de cinco lanços, com 100 palmos de frente e 30 de fundo, contendo 8 portas e 19 janelas algumas com fecho, cobertas de telhas e assoalhadas;

(81). — Inventários. Cartório do 1º Ofício. Queluz/Documentário de Areia s/maço 6, Anacleto Ferreira de Souza.

(82). — *Idem. Ibidem.*

- Uma morada de casas que servem de despejo com 130 palmos de frente e 34 de fundo, coberto de telha e madeira roliça com 6 portas e 2 janelas ordinárias contendo 7 lanços;
- Outra morada de casas que servem de morada e despejo com 102 palmos de frente e 39 de fundo coberta de telhas de madeira roliça contendo 10 portas e 6 janelas com huma baranda nos fundos em aberto sendo esta de 4 lanços, e huma cozinha de hum lanço, meia água com 20 palmos em quadra;
- Mais outra morada de casas que servem de cozinha dos escravos e despejo com 5 lanços contendo 97 palmos de frente e 27 de fundo, coberto de telha e madeira roliça com tres portas e 4 janelas;
- Mais outra morada de casas que servem para guardar café com 75 palmos de frente e 22 palmos de fundo de madeira lavrada coberta de telhas assoalhada e com 2 portas e 4 janelas contendo dentro huma tulha de taboado e um casco grande de madeira que serve para deposito de café socado;
- Mais outra morada de casas de 3 lanços e, digo, para fora do terreiro tendo somente um lanço fechado com 60 p. de frente e 28 p. de fundo de madeira lavrada coberta de telhas e lanços fechados assoalhados contendo 2 portas e 2 janelas;
- Outra morada de casas de 4 lanços de madeira lavrada e coberta de telhas, 3 dos quais servem de paióis e hum que contém uma pequena varanda que serve de casa de tropa;
- Um engenho de moer cana com uma casa de 50 p. em quadra, e huma varanda, tudo em aberto de madeira lavrada e coberta de telhas;
- Um monjolo mais pequeno com huma cozinha ordinária coberta de capim;
- Um moinho para fubá com sua casa coberta de telha;
- Uma casa coberta de telha que serve de chiqueiro de porcos;
- Outra casa coberta de telha, porém muito mais pequena e tão bem serve de chiqueiro dos porcos;
- Uma casa que serve de negócios na estrada construida de madeira lavrada coberta de telha e contendo 5 portas e huma janela, com armação mal construida e huma cozinha pequena de meia água sendo esta de 2 lanços;
- 4 lanços de casa na estrada em aberto que servem de rancho aos passageiros, e tropeiros, tudo coberto de telha;
- Ua casa velha no sítio, uma casinha no curato de Barreiro e uma armação (40 por 6 p.) 4 portas cobertas de telha alugada;

- 2 casinhas no curato;
- Uma porção de valos pela beira da estrada (83).

Realmente estas duas descrições não coincidem na sua totalidade nem ambas com a descrição de outro inventário (84) da mesma fazenda, de 1819, quando da morte de Maria Isabel de Souza, natural do arraial dos Prados, capela do Carambeu, bispado de Mariana e mulher do Alferes João Ferreira Guimarães:

- Casas e moradas;
- A casa do paiol, cozinha, casa de morada no terreiro Paiol Monjolo, galinheiro, numa senzala, Ingenho com seus pertences de madeira, tudo coberto de telha monjolo outros harrvoredos de espinhos e mais benfeitorias existentes na fazenda.....;
- Huns quartéis de cana, huns quartéis de caffè;
- Humas casas de moradas sitas nesta villa, na rua Direita, com portas e janelas;
- 2 lanços de casas cobertas de telhas com portas e janelas sitos em a Villa de Rezende;
- 50 alqueires de café por socar.

Houve briga. O co-herdeiro Capitão João Lopes Guimarães vem dizendo no inventário que

“notadamente houve dolo na medição da sesmaria”... , “avaliação viciosa visto ou Vallor dado as casas do Embarg.te q. hé hua só morada com frontada com as *grd.as* moradas e casas de vivendas da *Fazd.a* do Barreiro, um Oratório dos Sacrificios da Missa com hum *grd.e* e bom *Emg.o* de cana, paiol, cozinha, moinho, galinheiro, forno de cozer pão e huma *grd.e* casa no terreiro, na qual mora o Capellão tudo coberto de telha monjollo senzallas com coberta de palha, quintal cercado de madeira de ley, seos pomares, tres terreiros cercados de madeira de ley, e hum corral pella mesma forma...” e que “claram.e reconhece q. se intenta trapaça de coloio com o Escrivão a favor de alguém” (85).

Comparando o que vem indicado nos tres documentos, de 1819, 1835 e 1874, e independente das brigas, das omissões e das descrições porventura viciosas, e ainda tirante pormenores de natureza eventual, como a casa do negociante Malheiros, o portão da entrada da Vila, a

(83). — *Idem. Ibidem.*

(84). — *Idem*, maço nº 1, Isabel Maria de Souza.

(85). — *Idem. Ibidem.*

casa velha que foi de F. de Barros Louzada, 4 lanços de casas na estrada em aberto que serve de rancho aos passageiros, e tropeiros (1835), casa na Vila, etc., esses inventários expressam o programa da sede cafezista. O terreiro, a casa de morada, o paiol, a senzala, os moinhos, monjolos e engenhos, a tulha, a tenda, a coberta para a tropa e para os demais serviços (secar, escolher), pomar, etc., são unidades funcionalmente demarcadas e programaticamente bem definidas.

O inventário da Fazenda Barreiro de 1874, parece particularmente interessante na medida em que conteria unidades vindas de 1835 e mesmo de 1819; embora não coincida com os anteriores, não os contradiz. Parece mesmo lícito supor que estas sedes de fazenda recebessem constantemente pequenas modificações e remanejamento. No documento "Ativo e Passivo da Fazenda Pau D'Alho de 1858 a 1875" em que se arrolam os gastos de manutenção da Fazenda Pau D'Alho nesses 16 anos, foram computados para benfeitorias na fazenda: 69:342\$389 réis (86). De outra parte, além das modificações introduzidas na morada principal na Fazenda Pau D'Alho, foi encontrado no telhado do seu corpo de serviço, no limite de uma passagem que separa este corpo da tulha principal, primitivo remate de espigões, indicando que, num primeiro estágio, a construção terminava, aí, em tacaniça.

Outros inventários, da mesma época e região, eventualmente acrescentam pormenores de interesse:

"lanços de casa para tropas", "uma casa que serve de enfermaria", "pomar" (Fazenda Cachoeira, em Formoso) (87), ou outro que fala em "abanador de café tocado a água" ou "humma roda de mandioca tocada por água e prensa de furo, tipiti de páu" (88),

ou ainda o inventário do Tenente José Celidônio Gomes dos Reis (89), que descreve a sede da Fazenda Formoso:

- Uma casa para dormitório dos pretos no terreiro da fazenda;
- Humma outra casa no mesmo terreiro com 30 p. que serve para a tulha de arroz;

(86). — São Paulo. IPHAN. 4º Distrito. Arquivo. Faz. Pau D'Alho — São José do Barreiro. Economia (microfilme). Rolo nº 3, grupo 22, fotografia 27. "Ativo e Passivo da Fazenda Pau D'Alho e de todas as transações pecuniárias, e valores representados. Desde 1858 — a 1875 (16 annos)".

(87). — Inventários. Cartório do 1º officio. Bananal (Documentário de São José do Barreiro), maço 88, Vitória da Silva Reis — ano 1869.

(88). — *Idem. Ibidem*, Roque Álvares de Magalhães. Fazenda Catadupa. 1866.

- Huma casa já velha no mesmo terreiro que serve para Paiol;
- Huma casa no mesmo terreiro que serve para para galinheiro;
- Cinco lanços de casas no mesmo terreiro, assoalhadas, e que servem para tulhas;
- Huma casa no mesmo terreiro com engenho de secar café e seus pertences;
- Um moinho para moer milho, com casa no mesmo terreiro;
- Huma casa no mesmo terreiro que serve para tropa coberta de palha;
- Huma casa de sobrado no terreiro da fazenda e que hé casa de morada; etc.

É bastante variavel o critério sob o qual são inventariados os bens de raiz. No inventário de Maria Ferreira Ayrosa (90), de 09-09-1884, se encontra descrição da fazenda Pau D'Alho:

“a casa de morada da fazenda com todas as suas dependencias, tulhas, paióis, senzalas, muros, terreiros, regos de águas, moinhos, engenhos, hortas, pomar e mais benfeitorias”,

sumarismo que contrasta com a descrição pormenorizada dos bens móveis, cada escravo com nome e idade, cada animal com seu nome, jóias, móveis, alfaias e mesmo quinquilharias.

O que interessa no inventário da citada fazenda Formoso é a explicitação do agenciamento de suas diferentes partes: nove unidades de construção se voltam para o terreiro. Na verdade o terreiro é um novo personagem peculiar à arquitetura dos estabelecimentos rurais cafezistas.

Como espaço e mesmo como posição relativa, com esse nome ou com o nome de pátio, não é raro que se o encontre na arquitetura rural, engenhos ou fazendas mistas. Na Fazenda Papagaio do Meio, na região de Conselheiro Lafayette, Minas Gerais, os edificios se dispõem em torno de uma área central plana. Um dos lados dessa área retangular é tomado por um muro com portão central encimado por um dístico:

“Em ... s. nome he ceo livramos da peste e do perigo.
esta casa foy feyta no anno de 1776 ã e viva Jesus e Maria (91)”;

(89). — *Idem*. Maço nº 89, João Celidônio Gomes dos Reis. 1862.

(90). — Inventários. Cartório do 1º officio Bananal (Documentário de São José do Barreiro). Maço nº 71. Maria Ferreira Airosa. 1884.

(91). — Ivo Porto de Menezes. Documentário Arquitetônico 6 Fazendas Mineiras. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. 1969.

na banda da esquerda o edificio de morada, assobradado, toma dois terços do comprimento total do lado; o terceiro lado, fronteiro ao portão da entrada, é todo tomado por um correr de construção da antiga senzala; e o quarto lado, fora o espaço de passagem, é fechado pelo paiol. Esse paiol era uma construção mais antiga, cujo recheio foi eliminado a fim de atender às novas funções. O que ficou, todavia, dessa antiga morada, é suficiente para identifica-la como habitação mais antiga, de partido paulista, com alpendre fronteiro entalado.

Do ponto de vista da sua forma e da sua posição em relação às construções que a cercam, essa área retangular é semelhante a um terreiro, a menos da sua função que não é e nunca foi a de terreiro, nem enquanto espaço relacionado com a residência mais antiga (atual paiol), nem quando se agenciou entre as construções de épocas de funções diversas. . . Ivo Porto de Menezes, estudando algumas fazendas mineiras, arrolou alguns comentários de viajantes e cita alguns exemplos deste tipo de espaço, inclusive a narração de Saint Hilaire (*Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*) a respeito da sede da fazenda Itajurú, onde o notavel observador francês cai no mesmo peca-dilho generalizante do engenheiro Vanthier:

“Dar a conhecer a fazenda do Itajurú é fornecer uma idéia geral de grande número de habitações” (92).

Antes desse comentário, a respeito do mesmo assunto, Saint Hilaire observa:

“uma fazenda raramente apresenta um edificio único; ordinariamente se compõe de pequenas casas construidas sem ordem, mas cujo conjunto é quase sempre pittoresco”.

No esquema da morada de Cláudio Manoel da Costa, que se encontra no Arquivo Público Mineiro (93), surgem vários pátios, um na frontaria da residência principal e dois laterais, entre esta construção e as edificações complementares. Falta a esses espaços, tambem nesse caso, a função que caracteriza, como área de trabalho e como espaço organizador do conjunto, o terreiro de café.

É possivel ter uma idéia aproximada do terreiro e da sua importância na sede cafezista, considerando o que ocorreu com alguns engenhos cujas instalações foram posteriormente aproveitadas para o café. Na Fazenda São Francisco, no município de Amparo, São Paulo, antigo engenho de açúcar construido em 1824, e onde a sede se insta-

(92). — Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro a Minas Gerais*, 1º volume, pg. 189.

(93). — IPHAN. 4º Distrito. Arquivo fotográfico.

lou num sítio topograficamente afeiçoado à função de engenho, quando a propriedade se converteu em fazenda de café, o melhor local disponível para o terreiro. . . tinha sido ocupado pela residência. Nestas circunstâncias, a solução foi parcelar o terreiro de modo que ele pudesse se acomodar em diferentes cotas, na frente e ao lado da construção principal (94). Nas fazendas estritamente montadas para a produção de café, quando a situação topográfica natural não oferecia uma boa plataforma para terreiro, essa plataforma era artificialmente construída, suportando-se os desníveis com paredes de pedra, às vezes imensos. Este tipo de correção da topografia denuncia uma consciência muito clara da necessidade do terreiro e a importância da sua função.

É verdade que o problema surgido na Fazenda São Francisco teve uma solução condicionada às instalações já existentes, então aproveitadas. Em outras circunstâncias, enfrentando uma topografia severa, o terreiro pode acolher alternativas de parcelamento, o que foi feito em termos racionais e sistemáticos, como na Fazenda Bomfim, em Campinas, São Paulo (95), com faixas sucessivas, escalonadas.

Na verdade, contrariamente ao que aconteceu na primeira fase do café no vale do Paraíba, na primeira metade do século XIX, onde a sede cafeeira preferiu um partido concentrado em torno do terreiro, com construções contínuas, quando a cultura do café encontrou a técnica da taipa de pilão da tradição paulista, perto de Taubaté e em meados do século XIX, a tendência que então se introduz é a de um partido aberto, cada edifício independentemente dos demais, o terreiro se colando na frente ou ao lado da casa principal, entre esta e os mecanismos movidos por água. Nunca tão distante, entretanto, que o trabalho aí não pudesse ser fiscalizado da própria casa de morada do fazendeiro. Deve ter contribuído para essa mudança a aversão natural da taipa de pilão pelas soluções em desnível, caso em que aparecem esforços diferenciais inconvenientes para as paredes de taipa de pilão.

O terreiro se afigura, pois, uma criação específica da atividade cafeeira no estilo brasileiro, como reelaboração de propostas já feitas pela arquitetura rural de outros tipos de produção. O mesmo parece ter acontecido, com menor ou maior profundidade, com outras soluções e modelos das diferentes categorias que contribuíram para a realização arquitetônica da sede da fazenda de café.

Com efeito, como programa, como espaço organizado, como esquema construtivo, as soluções que se encontram numa sede cafeeira já tinham sido objeto de experiência e aproveitamento, e a história

(94). — IPHAN. 4º Distrito, foto nº 17.137. Levantamento preliminar. Faz. São Francisco. Município de Amparo. São Paulo.

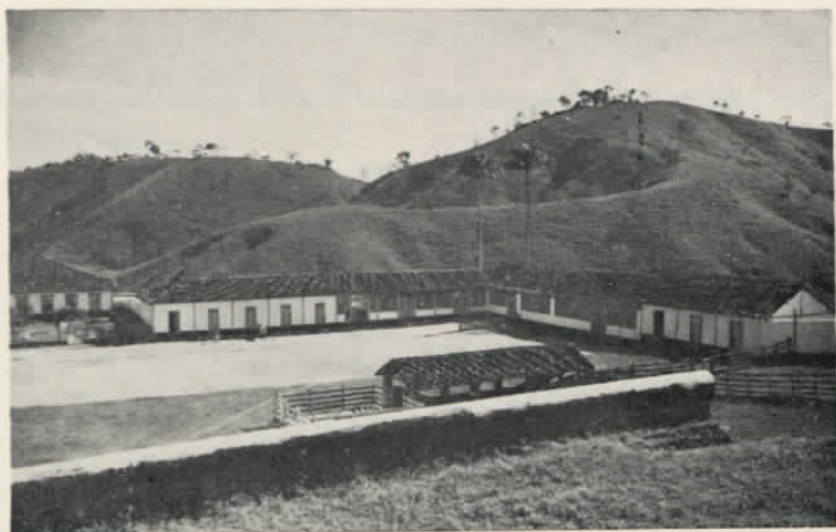
(95). — *Velhas Fazendas Paulistas*. DIP — 1947. Fazenda Bomfim.

revela exemplos objetivos de sua participação em estabelecimentos de outras épocas e lugares. O programa é de uma produção colonial, com base na monocultura latifundiária e no trabalho escravo. Essa experiência já ocorrera com o açúcar no Nordeste, e, em outro estilo, com o próprio café, nas colônias inglesas e francesas. Em ambos os casos, porém, não só as condições técnicas de produção, como as formas ecológicas e operativas, impunham saídas peculiares, que não podiam ser repetidas agora, com o café, na área da paróquia de Areias. Mesmo as soluções construtivas, que aqui vão ser puramente repetidas no seu conteúdo edificatório, mesmo em relação a estas, houve profundas influências locais a tipifica-las. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu com o projeto da casa de morada mandada construir por João Ferreira de Souza. Sua planta original, revelada no assoalho primitivo, que permanecera por baixo do novo assoalho, mandado executar no fim do século passado, essa planta comportava três alpendres. O primeiro, fronteiro, que depois foi fechado com janelas de guilhotina. A balaustrada do guarda corpo ainda ficou aí documentada, dentro da parede de pau a pique, nas peças horizontais. Em certo trecho, foram ainda encontrados os primitivos balaustres. Na face contígua, a solução alpendrada ficou igualmente documentada nos esteios oitavados, com chanfros para encaixar o guarda-corpo, e nas peças horizontais. Para este alpendre se abria a Capela, cujo portal primitivo foi encontrado dentro da parede, no antigo lugar. O terceiro alpendre, voltado para o terreiro, também foi fechado posteriormente, porém em época mais recente. Quanto aos dois primeiros, tudo leva a acreditar que foram fechados logo depois da construção dessa morada. Problema de chuva. A transplantação pura e simples de um esquema de residência, porventura elaborado para outras condições de clima, teria criado a necessidade do seu imediato remanejamento, face às coisas locais: a água da chuva ventada, varrendo esses alpendres e despejando água nos compartimentos do sobrado inferior.

Em que pesem essas modificações locais, ou mesmo o parcelamento cronológico do conjunto construído, tudo leva a acreditar que o projeto dessa sede cafezista foi imaginado, desde o início, como conjunto coerente e lógico, e que o programa previsto visava realmente uma produção assaz volumosa de café, como a que a fazenda já alcançava plenamente em 1836 com mais de 300 mil cafeeiros produzindo. É notável, nesse sentido, que a criação e a produção de subsistência, eram previstas, no esquema de João Ferreira de Souza, na Fazenda que possuía no Bonito (96).

Tais fatos confirmam a tese de uma fazenda cafezista monocultora e latifundiária, em estágio de perfeita maturidade na sua concep-

(96). — DAESP. População Areias. cx. 5, ord. 5, Distrito de Paz do Barreiro, quarteirão nº 3 Sanctanna, fogo nº 2.



A foto superior, tirada em 1942, mostra as dependências de serviço que envolvem o terreiro na área fronteira à tulha, que posteriormente foi completamente destruída.

A foto inferior mostra aspectos de sua reconstituição (fotos — H. Graeser e Luis Saia).



ção, lógica e completa como colocação programática, espacial e construtiva.

O trabalho de identificação genealógica de todas as partes da Fazenda Pau D'Alho, ainda é cedo para tenta-lo, o que não impede que se anotem certas aproximações sugestivas, como as que foram tentadas no presente trabalho, relativamente às noções de tese e programa, que surgem então como proposições novas de elementos reelaborados. A tese expressada pelas instalações fluminenses ou pelas pequenas plantações, que, nos primeiros anos do século XIX, se espalhavam pelo Brasil. No Rio de Janeiro, depois de 20 quilômetros da cidade, as fazendas mistas povoavam a Província (97). Os viajantes, Saint Hilaire, Luccock, Mawe, Pohl, as assinalam nos seus roteiros de viagem, fazendo, por vezes, descrições de suas sedes e de sua produção. Há uma dominância significativa de engenhos, quanto mais próximo se está do Rio de Janeiro, o que não quer dizer que se os não encontre 150 ou 200 léguas distante, como o engenho São Joaquim, em Pirenópolis, Goiás, citado pelos viajantes.

É a tese da fazenda mista ou do engenho modesto. É, tanto num como noutro caso, uma tese de unidade agrícola policultora, com exigências discretas no que diz respeito a construções e a equipamentos. O problema da eleição de um produto principal, açambarcador das atividades de produção — como existe para o açúcar no nordeste, no litoral de São Paulo e no Rio de Janeiro, e na produção de café depois de 1830, na pecuária do Nordeste, do Brasil Central ou do Rio Grande do Sul, etc., representa um condicionante decisivo: o engenho de açúcar, a fazenda de café ou a fazenda de criar. A fazenda mista ou a unidade policultora não é problema de tamanho. Em Minas Gerais no século XVIII, especialmente na sua 2ª metade, e no Estado do Rio de Janeiro nas cercanias do século XIX, algumas dessas fazendas alcançaram um volume considerável das suas instalações, como foi o caso da Fazenda Pau Grande, no Estado do Rio de Janeiro.

Unidades muito menores tiveram muito mais condições de tipicidade, no que se refere à edificações e equipamentos de trabalho. Um engenho do litoral norte de São Paulo é, embora pequeno no seu porte e discreto no volume de sua produção, de alta tipicidade: tudo é aí realizado conforme objetivo exclusivo de produzir açúcar. Numa tese como a da Fazenda Acauã, no sertão de Piranhas, na Paraíba, tudo é relacionado com objetivo do "criatório". Os estabelecimentos agrícolas implantados no "caminho novo da Piedade" até 1814-18 estavam, na sua expressiva maioria, voltados para uma produção variada: milho, arroz, toucinho, galinha, açúcar, aguardente e alguma pouca de café,

(97). — Affonso E. Taunay, *História do Café no Brasil*, volume II. Rio de Janeiro, 1939, pg. 156.

este último não chegando, até essa data, a ultrapassar 100 ou no *maximum maximorum* 150 arrobas. Nas demais áreas, então em processo de ocupação, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ocorre o mesmo, com variável proporção entre as atividades de “engenho”, isto é, de produção de açúcar, e os demais produtos. E, no quadro territorial que interessa, os únicos produtos que implicavam em equipamentos e mecanismos eram o açúcar, o milho, a mandioca e o arroz.

Para o fabrico de fubá é provável que nesse tempo ainda não se usasse a mó. Nesse caso todo mecanismo seria fundado na roda d'água, quer para os pilões verticais, quer para as baterias de monjolo. Tal mecanismo foi reelaborado para o café. Para socar e descascar café.

O programa, e o correspondente espaço organizado, como fatos objetivos de observação, já foram atrás considerados. Restaria, entretanto, analisa-los em função de duas presenças significativas: o homem mineiro e o engenho de cana. E essa análise resultará mais impressiva ainda em presença do problema do esquema construtivo, igualmente vinculado à tradição mineira.

Como simples verificação, deve-se assinalar, desde logo, que a substancial maioria da gente que trabalhou na área do “caminho novo da Piedade” ou é mineira ou é de alguma forma vinculada a mineiros. Com efeito, os mineiros e os homens da Corte eram os que possuíam, na época, experiência, escravaria, dinheiro e disponibilidade. Quando se considera que as duas unidades — da Fazenda Pau D'Alho e Fazenda Barreiro — tão próximas no tempo e espaço, são afinal instalações de mineiros; e quando se verifica, numa observação mais particularizada, que as duas sedes apresentam algumas soluções significativamente iguais, como no caso da senzala, por exemplo, que em ambos os casos tem 11 lanços de casas, que têm ambas o mesmo esquema construtivo (a julgar pelos restos encontrados na Fazenda Barreiro), deve-se pensar inclusive na hipótese de serem estas sedes resultado da atividade de um mesmo construtor ou mestre, trabalhando na órbita de uma família.

Algumas soluções encontradas na Fazenda Pau D'Alho são de feição mineira, sem dúvida. A saber:

- a). — embasamento de pedra e parte superior de pau a pique;
- b). — partido de “sobrado”, com pavimento principal pousado no rês do chão, na parte posterior, numa cota mais elevada;
- c). — planta da residência com todos os compartimentos voltados para o exterior, mesmo que esse exterior seja alpendrado;
- d). — adoção de prolongo no telhado da residência;

e). — cachorrimento em nível, com guarda pó, e com as extremidades das linhas e frechais ultrapassando o paramento das paredes;

f). — uso da construção contínua, com os pares de esteios funcionando como juntas de dilatação;

g). — aproveitamento da água para acionar os mecanismos de beneficiamento.

Todas essas soluções são, na época e na região sul do país, de clara tipicidade mineira. Mesmo o transporte com tropas de bestas, solução tão do agrado e da tradição paulistas, estava, na época, convertido em tradição mineira. E somente em Minas Gerais existia a tradição de construções abertas de meia parede para cima, destinadas a abrigar tropas. Como ainda hoje se encontram algumas, na área urbana de cidades do vale do Jequitinhonha. Este agenciamento, que existe na Fazenda Pau D'Alho, existia em outras fazendas da região, posto que vem assinalado nos inventários, com notável frequência, pelo menos com a mesma assiduidade com que o Recenseamento de Ordenanças arrola o número de animais de carga, ao lado do número de arrobas de café produzido, do número de escravos, do número de pés de café plantados, etc.

O partido, não somente o da morada de “sobrado” e seus alpendres, seu prolongo e suas divisões internas, ou a senzala formada por uma bateria de compartimentos, ou das casas de serviços com seus puxados para engenhos e moinhos e para a casa de escolha, ou das tulhas e outros depósitos, ou ainda dessas unidades como agenciamento mútuo, mas também disso tudo com a paisagem, com os regos de água e os muros divisórios, seus desníveis e seus horizontes, suas circulações e seus serviços, esse partido é, por ventura, a criação mais visível, posto que aglutina espaço e tempo, as construções e os vazios dessas construções, a mata, as plantações, a água, a distribuição em planta e o aproveitamento das diferentes cotas, arregimentando, numa única solução global, as soluções de morar, de trabalhar e de produzir. Esse partido é que vai mudar quando alguns compromissos aí firmados vão desaparecer, cedendo lugar, nestas mesmas fazendas, a outras exigências funcionais e outras motivações.

Há uma reação saudosista em lamentar que as antigas fazendas se desfaçam sob o impacto de novos usos. Mas isso é não só inevitável como constitui uma demonstração de que o partido delas foi correto em face de sua época, de suas condições operativas e de suas finalidades. Para as novas condições de aproveitamento e vivência, pelo menos algumas de suas partes são vulneráveis.

Alegava o proprietário da Fazenda Pau D'Alho, ao reagir contra o tombamento do seu imóvel, e o gravame de sua conservação, que

isso conflitava com as suas atuais atividades pecuárias, as quais impunham seguidas e sucessivas adaptações, e que seria exorbitante o onus da conservação de pelo menos aquilo que fora documentado pelo IPHAN em 1942. E ele estava certo, na medida em que as construções encontradas e o seu arranjo não mantinham correspondência alguma com o atual regime de trabalho. Isto é, o partido que organizou, há mais de 150 anos, uma sede cafezista, não respondia ao programa atual de uma atividade pecuária. Muita coisa que fora necessária para o café não tinha mais utilidade para o boi.

Durante os trabalhos de levantamento de 500 antigas fazendas de café, realizado em 1973-74, além das notícias de antigos estabelecimentos rurais já desaparecidos ou em ruínas, porém ainda na memória dos agricultores locais, em todos os municípios percorridos, se encontraram casos de sedes em demolição, ou em projeto de demolição, ou ainda de demolição recente. Quer porque o volume das construções nelas existente representasse agora um verdadeiro elefante branco para o pecuarista, quer porque o estado de desgaste obstaculasse o seu atual aproveitamento, quer ainda porque há um natural desejo de modernização, o fato é que das antigas sedes de fazendas de café, existentes ainda na faixa de terra entre os paralelos 20º e 24º, cerca de 30 são demolidas a cada ano que passa.

Entre 1950, ano em que pretendi que o trabalho de levantamento de fazendas devesse ser feito pela Cadeira de Arquitetura do Brasil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), em termos de rotina de estudo e em termos de aprendizado normal de estudantes de arquitetura, entre 1950 e 1975 se passaram 25 anos e numerosas antigas fazendas desapareceram sem que fossem previamente documentadas. Em 1950, alguns levantamentos foram executados pelos alunos da FAU e membros do GFAU, segundo indicações e orientações do IPHAN, trabalho esse que não teve seguimento porque a politiquice desastrosa que tomou conta da FAU o impediu, com prejuízo para a formação dos arquitetos e com prejuízo para o documentário arquitetônico paulista. Apesar da visibilidade clara de tal desastre, prevalece ainda a "notória ignorância" que tantos prejuízos trouxe, e que outros prepara, pois nem sempre se encontram meios, como foi o do citado levantamento, de realizar trabalhos, necessários como pesquisa e úteis como aprendizado.

Justifica-se, pois, a obsolescência das antigas fazendas de café em face das mudanças que converteram a fisionomia cafezista do Vale do Paraíba num aproveitamento ralo das terras desgastadas do "mar de morros" que proporcionou riquezas na primeira metade do século passado. Para os agricultores dessa zona uma nova trama viária, um novo tipo de aproveitamento do solo e um novo esquema econômico passaram a funcionar aí. Deixando de ter sentido aquela estrada que

João Ferreira de Souza comunicava ao governador da província, em 1827, estar abrindo nos sertões de Mambucaba (98) para exportar os “seus efeitos”; bem assim deixara de ter sentido a destinação da Fazenda do Bonito, produzindo só criação e cereais, “efeitos” necessários para “tocar” o café, que este era a fonte de renda e a preocupação maior. D. Pedro I achava que era preferível comprar chá e vender café. Enquanto produzia café, e isso alcançou este século, a atividade da Fazenda Pau D’Alho girava em torno desse produto principal. Em 1875, a Fazenda cobria 480 alqueires de terra, tendo 100 alqueires com cafezais,

“70 alqueires com mata virgem e 310 alqueires de capoeirões, capoeiras e pastos. De café tinha 390 mil pés, sendo 24 mil de dois anos, 28 mil de 3 anos, 18 mil de 4 anos, 24 mil de 5 anos, 18 mil de 6 anos, 48 mil de 7 anos, 40 mil de 9 anos e 190 mil pés de cafés velhos em perfeito estado, que dão café perfeitamente” (99).

Tinha 120 escravos e mais 8 ingênuos, alguns desses escravos sendo

“oficiais e ofícios” (100).

Em 16 anos produzira 518:883\$000 réis de café e 33:000\$000 réis de outros produtos, rendendo um líquido por ano de mais de 15 contos, só de café. No geral a fazenda rendeu por ano a média de 19:573\$918 réis. O valor da fazenda era então calculado em 400:000\$000 réis (101).

- Em 1857 a fazenda, funcionando a plena carga, mandava comprar no Rio de Janeiro:

- um guião completo de Damasco carmezim, galão e franja de ouro.
- uma cruz de metal para o mesmo e vera.

(98). — DAESP. Ofícios Diversos. Areias. cx. 13, ord. 807, pasta 2. Doc. 13-2-30.

(99). — IPHAN — 4º Distrito — Arquivo Faz. Pau D’Alho — São José do Barreiro. Economia (microfilme). Rolo 3. Grupo 22. Fotografia 29 e 30. “Nota”, do “Ativo e Passivo da Fazenda...”.

(100). — *Idem. Ibidem.*

(101). — IPHAN — 4º Distrito. Arquivo Faz. Pau D’Alho — São José do Barreiro. Economia (microfilme). Rolo 3, grupo 22, fotografia 27. “Ativo e Passivo...”.

- uma caixa de folha e cadeado para a dita, provavelmente de Barreiro, vila cujos bens tiveram sido doados por João F. de Souza, em 1856 (102).

Em 1859 o então proprietário comprava do seu tio Antônio Ferreira de Souza

“uma parte de terra no lugar denominado Rodeio, fazenda Carrapato”,

contíguas às terras da Pau D'Alho, da banda de Areias (103).

Em 1858, segundo o inventário feito pela morte de Maria Rosa de Jesus foi arrolado o mobiliário da fazenda e da casa da cidade (*sic*).

INVENTÁRIO DE JOÃO FERREIRA DE SOUZA.

1858. Queluz, cartório de 1º officio, pacote 18.

Móveis na Fazenda:

Uma mesa
Uma mesa baixinha
Tres catres de taboletes no quarto de dentro
Uma mesa quadrada
Uma mesa pequena velha
Quatro catres velhos
Dois estrados
Um estrado pequeno velho
Um estrado pequeno velho
Um catre no quarto do Padre
Uma marquesa de Cabiuna no quarto do Padre
Uma mesa com duas gavetas no quarto do Padre
O Oratório com todos os seus pertences
Um oratório pequeno, com três imagens
Uma comoda
Uma escrivaninha
Um armário pequeno
Uma mesa com três gavetas
Uma canastra velha
Quatro caixas de pinho
Uma cadeira de balanço
Uma cama de Armação, forrada de taboas
Um Relógio de parede

(102). — *Idem*. Recibos diversos (microfilme). Rolo nº 3, grupo 20, fotografia 9.

(103). — *Idem*. Terras (microfilme). Rolo nº 3, grupo 25, fotografia 2.

Um catre velho
Uma marquesa nova forrada de taboas
Uma marquesa nova forrada de taboas
Um catre de Armação
Três catres
Um sofá de palhinha
Uma mesa redonda
Um Aparador
Vinte e quatro cadeiras de palhinha
Uma cômoda velha
Uma mesinha com duas gavetas
Um catre de Armação
Uma marquesa forrada de sola
Uma mesa de Jantar
Uma mesa pequena com duas gavetas
Um armario de Botica
Nove cadeiras de sola
Um banco comprido
Um armario de louça
Duas caixas grandes
Dois tamborettes de palhinha

Móveis na Caza Grande da Freguezia:

Um sofá de palhinha
Quatro Aparadores
Duas redomas com jarras douradas, com flores
Três Mangas para Castiçal
Vinte e duas cadeiras de palhinha
Sete catres
Um catre de Armação
Duas mesas
Uma mesa pequena
Dois bancos
Um banco pequeno
Vinte e dois castiçais de casquinha
Dois Bules de Porcelana, com lamparina
Uma espiriteira de prata, digo, e prato

Na casa de Joaquim Ferreira tinha os seguintes mais:

Duas mesas grandes iguais
Uma mesa pequena
Dois Bancos grandes iguais
Um banco comprido velho

Um banco pequeno
Três catres de taboleta (104).

Em 1860, Zebedeu Antônio Ayrosa remaneja o arranjo doméstico e manda comprar, no Rio de Janeiro, na firma

“Barbosa Castro & Cia/ Armazens de Móveis Nacionais e Estrangeiros, mobílias de mogno, cadeiras americanas de todas as qualidades, rotins de colchões”, na rua da Alfândega n^{os} 80, 82 e 85:

- um guarda vestido de vinhático
- duas dúzias de cadeiras francesas e caixões
- um cabide branco
- uma cadeira de Retrete com caixão e Manta
- um bidê
- uma mesa elástica de 24 palmos
- uma mesa de cabeceira de mogno
- duas meias cômodas de mogno
- dois aparadores de sala de jantar com armários e marmore
- caixões e mantas (105).

*

* *

Com a morte de Maria Rosa Ayrosa em 16 de julho de 1882, seu marido e inventariante Zebedeu Antônio Ayrosa, arrola os móveis da fazenda:

INVENTÁRIO DE AIROSA, MARIA FERREIRA (1884, 71 anos, mãe de Zebedeu).

- 108 escravos e 13 ingênuos; 1822 arrobas de café — um saco: preço 4\$500 — total 8:199\$000 réis
- 160.000 pés de café, 200 réis o pé
- 20.000 pés de café velhos, 150 réis o pé
- um piano
- cômodas pequenas, lavatório com espelho da cômoda grande
- um oratório com banquetas e suas pinturas e paramentos para Missa

(104). — Inventários, Cartório do 1^o Offício/Queluz. Pasta n^o 18. João Ferreira de Souza e Maria Rosa de Jesus.

(105). — IPHAN — 4^o Distrito. Arq. Faz. Pau D'Alho — São José do Barreiro. Despesas Diversas (microfilme). Rolo n^o 3, grupo 27, fotografia 2.

- Vinte e quatro cadeiras de pau
- Uma mobília de sala
- Uma mobília completa para sala de jantar com guarda-louças e etager
- cinco marquezas
- uma mobília completa de quarto de homem
- um lavatório
- três mesas pequenas
- Dois relógios americanos, para parede
- Um armário
- Uma cômoda velha
- Uma caixa grande de madeira
- Três pares de canastras de sola
- Três bacias de cobre
- Um taxo de ferro
- Duas taxas de ferro
- Duas panellas de ferro

*

*

*

INVENTÁRIO DE MARIA ROSA AIROSA (morreu em 16-6-1882).

- Um piano
- Cômodas pequenas, lavatório com espelho, cômoda grande,
- Uma cama grande
- Marqueza de palhinha
- Guarda vestidos, uma
- Um bidê para cama
- Canastras, mesa de cabiuna, cabide, cadeira de balanço, bens de folhas de flandres, uma escrevaninha
- Huma mezinha de costura
- Espingarda de cano, cesta de vime, um par de castiçais de metal.

Estão visíveis neste rol, as peças adquiridas por Zebedeu Antônio Ayrosa no Rio de Janeiro, em 1860 (106).

Zebedeu Antônio Ayrosa ficou morando em Petrópolis de 1878 a 1879 (107). Dessa época datam duas tentativas que fez, para condu-

(106). — Inventários. Cartório do 1º ofício/Bananal (documentário São José do Barreiro). Maço 33. Maria Rosa Airoso.

(107). — IHAN — 4º Distrito. Arquivo Faz. Pau D'Alho — São José do Barreiro (microfilme). Rolo 3. Grupo 22. Fotografia 49.

zir seus negócios: uma sociedade com sua mãe Maria Ayrosa (108) (1876-1882) e um ajuste com seu administrador Antônio Vitor da Silva Braga:

“no fim de 10 anos contados da data do nosso trato prestando sua Pessoa uma Boa administração da fazenda; lhe dou a escolher; receber como remuneração de seus serviços a quantia de Dez Contos de Réis. . . . ou ficar com a fazenda, que lha venderei nessa época da forma seguinte. . .” (109).

Este ajuste deixou um rastro duro no rascunho de uma carta de Zebedeu a Silva Braga:

“Há um dictado que diz quem me avisa meu amigo hé, até agora Vosmecê tem varado sem maior dificuldade; pode ter vivido nas minhas costas, que o tem livrado de responsabilidade, mas agora tem que se haver só, por infelicidade sua, e minha, pode acontecer que sejam taes os prejuizos, por falta de boa determinação, que me obriguem a voltar para tomar conta da fazenda; porem se isto acontecer, o que Deos tal não permita — faço-lhe vêr que não ei de ser eu só o prejudicado. . .” (110).

Desse período também surgem nos papeis da fazenda anotações de interesse, com as disposições para o andamento da lavoura (1-6-78):

“Todos os anos no mes de Julho deve se dar principio a cavar cafezais para plantar milho, com empregadores. . .” (111).

O livro de apontamentos é extenso e minucioso, seu índice dá uma medida desse cuidado (112).

Foi esse tempo de grandes problemas, de grandes conquistas, e de grandes acontecimentos. A estrada de ferro, a abolição da escravidão, a República. A produção da Fazenda Pau D'Alho não andava bem. Em agosto de 1878 Zebedeu Ayrosa escreve para o seu comissário Lengruber, no Rio de Janeiro:

“em setembro próximo é que deverá principiar a exportação de minha pequena safra de café, mesmo assim, se o preço estiver muito baixo, será preciso demorar para mais tarde” (113).

(108). — *Idem. Ibidem*, fotografias 72 e 73.

(109). — *Idem. Ibidem*, fotografia 44 (ano 1876).

(110). — *Idem. Ibidem*, fotografia 69 (ano 1879).

(111). — *Idem. Ibidem*, fotografia 63 (ano 1878).

(112). — *Idem. Ibidem*, fotografias 34 e 38, s/data (1875?).

(113). — *Idem. Finanças* (microfilme). Rolo nº 3, grupo 23, fot. 17.

Antes de Lengruber, Zebedeu trafegava com a casa comerciária de seu tio, Barão de Sapucaia (114).

Noutra carta ao mesmo Lengruber ele confessa:

“A minha lavoura é limitada, colho pouco café, e por este lado julgo bem pouco merecimento ter” (115).

Mas o pior ainda estava por vir. Afinal, em 1888, abolida a escravatura, Zebedeu se sente, como todos os fazendeiros de café, ferido e agastado. Mas é realista, tem fibra e caráter e não se dobra:

“... Para os grandes males, grandes remédios. Do dia 13 de Maio em diante paga-se aos trabalhadores que houverem na fazenda nas condições seguintes...”

e aí vem um desabafo e a dureza:

“Para combater um grande corte que soffreu a lavoura; dasse outro corte”.

Por exemplo:

“não se pode ter na fazenda mais de 60 pessoas (entre homens e mulheres)”

ou ainda:

“Quem paga é que assiste o direito de impor condições” (116).

Estava arreventado o esquema que organizara o café nas terras do Vale do Paraíba. O solo já estava decapitado, e no horizonte, o petisco aflorando nas encostas lavadas e já sem *humus*, a força de trabalho debandando para as zonas novas, no oeste de São Paulo, ainda ricas de oportunidades.

O privilégio da geografia favorável, que valorizara as terras do Vale, pela sua proximidade da Corte, e pela sua proximidade do Mar, fora superado pela estrada de Ferro, a qual, arredando-o, no oeste do Estado, colocara à disposição dos plantadores vastas e sucessivas faixas de terras virgens, ainda estuantes de *humus*. O convênio de Taubaté,

(114). — *Idem. Ibidem*, fotografias 14 e 15 (ano 1878).

(115). — *Idem. Ibidem*, fotografia 15.

(116). — *Idem. Economia* (microfilme). Rolo nº 3, grupo 22, fotografia 85 e 91. (1888?).

de 1905, foi a última tentativa de salvar o café do vale. Nesta altura, porem, ajudados especialmente pela ferrovia, o pioneirismo campeava nas pontas dos trilhos, na Mogiana, na Paulista, na Sorocabana, avançando para o lado do Oeste, com novas fazendas e novas cidades.

*

* * *

RESTAURAÇÃO.

Quando o 4º Distrito do IPHAN iniciou a restauração da Fazenda Pau D'Alho, a mesma ainda não fora apropriada pelo IBC, mas o início das obras considerou — e com acerto — que tal atitude convenceria, como convenceu, o IBC a aceitar a idéia que lhe era proposta.

O início das obras coincidiu com o fechamento das comportas do reservatório do Funil e da inundação de uma grande parte da área onde se encontravam numerosas fazendas antigas, de cuja demolição se obteve algum material para as obras e mesmo peças de interesse documentário. O mais importante dessa coincidência foi o alerta sobre a situação de disponibilidade do material dos edifícios desapropriados e que estavam na área de inundação desse reservatório. Isso serviu como ponto de partida para contatos com o DAEE, que preparava, no momento, um processo de desapropriação para o reservatório de Paraitinga-Parai-buna. Um ajuste entre o IPHAN e o DAEE proporcionou ao IPHAN, entre outras coisas, cerca de 50.000 telhas destinadas aos trabalhos de restauração da Fazenda Pau D'Alho. A obtenção deste material seria, de outra forma, praticamente inviável, dado o volume das obras em execução na citada fazenda (2.460 m²) e o estado de extrema ruína em que foi encontrado o monumento. Tal solução, para obter as telhas necessárias não foi, como pode parecer a um olhar distraído, um problema simplesmente financeiro, posto que a colheita e o transporte dessas telhas representou um ônus, e não pequeno. O principal foi que veio resolver um problema realmente incômodo, dado o alto número de peças necessárias. A alternativa de aproveitar telhas velhas para capa e usar nos canais telhas novas, mandadas para isso fabricar — saída essa utilizada noutro monumento em restauração, a Fábrica de Armas Brancas no conjunto da Antiga Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema — é aceitável, mas não arreda o incômodo de procurar, aqui e ali, 1.000, 500, 200 ou às vezes 100 telhas, ao sabor das demolições e ao azar de material nem sempre bom.

Outro problema grave da restauração em pauta, foi o da madeira, onde a bitola especial exigida pela obra e a qualidade da madeira, soalho de sucupira, por exemplo, constituíam fatores de encarecimento exorbitante. Essa madeira necessária foi obtida no sul da Bahia,

no próprio local de desmonte dos matos e, apesar das dificuldades do transporte e de comercialização, por um preço bastante razoável. Para o seu beneficiamento foi necessário montar uma oficina no próprio canteiro de obras, para o que o IPHAN contou com a valiosa colaboração da CESP, que executou uma extensão de energia de São José do Barreiro até a Fazenda. Algumas das máquinas agora em operação, eram do parque da Bocaina, e foram especialmente cedidas e recuperadas para o trabalho em pauta.

A prefeitura de São José do Barreiro, no começo medrosamente (falta de confiança na execução do trabalho), porem depois com mais vigor, colabora com razoável eficiência.

A restauração consistiu essencialmente no remanejamento das partes ainda existentes, porem ameaçando ruína. O telhado teve que ser praticamente recomposto na sua totalidade, posto que a sua estrutura estava tomada pelo cupim. As paredes de pau a pique, que se assentam sobre baldrame apoiados no embasamento de pedra, tiveram que ser refeitas. Nas partes que haviam sido demolidas, foram encontrados testemunhos suficientes para o estudo da sua recomposição.

Alguns problemas surgiram, e no próprio local foram encontrados elementos para sua solução. Dois exemplos esclarecem esta questão: a morada principal e o equipamento de trabalho.

Na morada principal, edifício de 4 lanços, as divisões estavam bastante mudadas por reformas recentes, que haviam provido a residência com soalho novo. Além disso, os 3 primitivos alpendres estavam fechados. Quanto ao problema dos alpendres foi fácil verificar que o seu fechamento, embora obra posterior à edificação inicial, era bastante antigo. A saber: o alpendre de acesso fechado com janelas de guilhotina, apresentava as peças do guarda-corpo e do baldrame com as marcas dos balaustres da solução primitiva; na face lateral direita foram encontradas igualmente marcas de balaustres e esteios oitavados com encaixe para guarda-corpo. E mais, para esse alpendre se voltava primitivamente a capela, de cuja entrada, agora entaipada, os portais haviam permanecido no local. O que houve na realidade, foi como já disse, muito simples: o projeto dessa residência veio pronto de uma outra experiência, certamente mineira. As chuvas ventadas, que na região de São José do Barreiro são particularmente violentas, varriam esses alpendres esparramando água através do assoalho, atingindo o "sobrado" inferior. Para o alpendre de acesso, J. F. de Souza acolheu a solução de guilhotina, mas para outro optou por fecha-lo com paredes e janelas, transferindo a entrada da capela para o alpendre de acesso. A julgar pelo estado das peças de madeira destes dois agenciamentos, o seu fechamento deve ser ocorri-

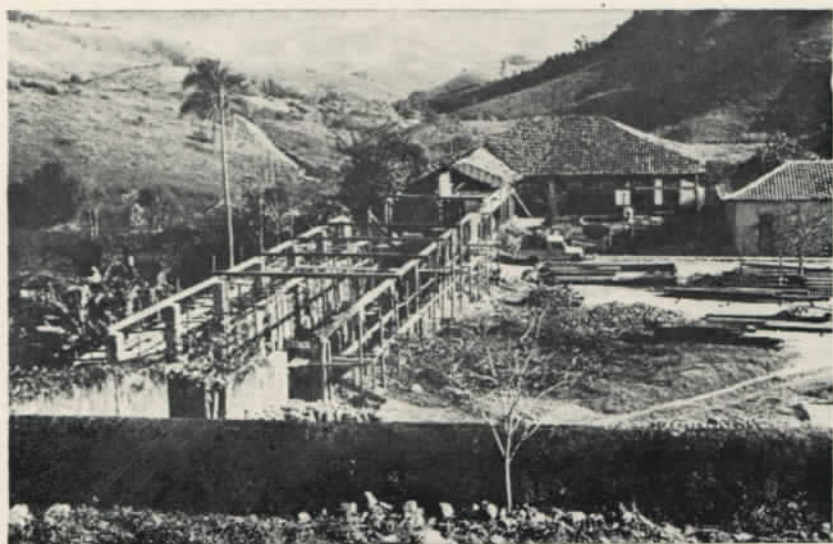
do nos primeiros anos de uso desta residência. Em certo ponto, junto à escadaria de acesso, os balaustres foram encontrados no lugar primitivo, fazendo parte da parede de pau a pique, executada no fechamento da área. O terceiro alpendre, na parte posterior da residência, voltado para o terreiro, sofreu modificação mais violenta e numa época bem mais recente: seu piso foi remanejado para receber soalho. Uma indicação segura de que este espaço era aberto, está nas janelas de dois dormitórios, que se abrem para ele.

A restauração acolheu as modificações introduzidas nos dois primeiros alpendres citados. De outra forma o edifício restaurado se defrontaria novamente com o problema da chuva ventada.

O equipamento de trabalho consta de duas unidades bem distintas. A primeira é uma bateria de pilões acionada por roda d'água. As peças primitivas destes mecanismos, a posição da parte de alvarnia de pedra e cantaria, e a disposição destes elementos, foram os dados disponíveis para a sua interpretação e para os estudos de complementação desse conjunto de peças. Na verdade, foi indispensável uma trabalhosa pesquisa em maquinários deste tipo, ainda em funcionamento (na região de Minas Gerais) para que se pudesse chegar, com a indispensável segurança, a uma solução satisfatória, obediente aos "restos" encontrados, desde a bitola das paredes até os detalhes da parte dos mecanismos encontrados.

Dada a importância, na sede da Fazenda Pau D'Alho, do equipamento movido a água — importância delatada pela excelência técnica dos canais e soluções que visavam o aproveitamento da força motriz produzida pela água, essa pesquisa se concentrou em dois itens: bateria de pilões (cujos restos foram encontrados) e bateria de monjolos. Ambas as soluções são hoje relativamente raras. Alguns exemplares foram, porém, encontrados, e em pleno uso. Na região de Conselheiro Lafaiete (fazenda das chácaras) foi localizado um equipamento desse tipo, inclusive contendo certo grau de sofisticação. Os pilões são erguidos por unhas fixadas no prolongamento do eixo da roda d'água. Neste caso, antes que a unha largue, no seu movimento, o pilão, uma outra unha o apanha a meia altura e o levanta mais. Caindo de mais alto o choque é naturalmente maior. O choque maior, no caso da bateria da Pau D'Alho, era obtido pela fixação de pesos no próprio pilão (117).

(117). — Vários inventários da região (Bananal) arrolam a bateria de pilões. Um de 1836, de Domiciana Maria da Conceição, na fazenda Boa Vista, é arrolada "fabrica de Engenho de socar caffè, com um rego d'água". No inventário do proprietário da fazenda Cascata, de 1869, se declara "caza de engenho com roda d'agua, pilões e maquina Lidgewood". No inventário da Baroneza de Bela Vista, de 1873, se declara "sete lanços de tulha, assoalhadas, inclusive a do engenho de socar caffè". Estes inventários, de Bananal, estão no 1º



Aspectos das obras de restauração realizadas no monumento. Em primeiro plano as dependências que abrigavam a roda d'água e tulha voltada para o terreiro (foto Luis Saia, 1974/75).



Ao final dos estudos, um modelo reduzido serviu para confirmar a interpretação feita. A roda d'água, que movimenta esta bateria, é alimentada por um canal, meio a céu aberto, meio subterrâneo. Em nível mais baixo, e paralelo ao primeiro, outro canal vai alimentar o segundo conjunto de mecanismos, servindo igualmente para receber as águas do canal mais elevado, depois de acionar a roda d'água. Certamente aí estavam localizados os moinhos e monjolos de que falam os inventários. E certamente esta foi a primeira instalação de mecanismos mandada fazer por João Ferreira de Souza. Aí estariam um engenho de cana que produziu aqueles 50 barris de aguardente de que fala o Recenseamento de Ordenança de 1822, pois enquanto o café era plantado e crescia, era necessário produzir alguma coisa.

O local dessas últimas instalações foi remanejado várias vezes com o correr dos anos, inclusive com a instalação aí, em dois lugares diferentes e sucessivos, de dois moinhos de fubá a mó, um com pedras das Ilhas, outra com pedras do país (118).

Duas coisas são certas, a roda dentada que se encontrou, desmontada, no porão da casa principal, destinada a transferir a rotação horizontal para rotação vertical do engenho de cana, e os monjolos que não foram encontrados. De qualquer modo, nesta parte da sede esses dois mecanismos existiam. Alternativa acolhida foi de recompor o engenho de cana e instalar no local dos monjolos um mecanismo proveniente da zona de Natividade da Serra (No inventário de Maria Gonçalves Pena, de 1856, existente no Juízo de Orfãos de Bananal, se declara

“Hum monjolo de trez mãos, com caza de telha, assoalhada, hum abanador de caffè, com roda d'água, e rego”,

onde funcionava até a época das desapropriações aí feitas pelo DAEE, para construção do reservatório Paraitinga-Paraibuna. Estes monjolos são acionados por roda d'água. O demais de mecanismos de interesse, já encontrados, como a bateria de pilões de almanjarra, serão colocados na antiga casa de tropas, como amostragem museológica.

É problema também do arranjo museológico a organização de amostragem daquelas peças, que interessando à história do café, não procedem especificamente da fazenda Pau D'Alho.

ofício civil e no Juízo de Orfãos da Vila de Bananal. Existem outros exemplos iguais ou equivalentes. Embora a possibilidade de Eschwege ter influído decisivamente no aproveitamento da bateria de pilões para a socagem de minério (Aé. Taunay, *Viagens na Capitania das Minas Gerais*. São Paulo, 1945, pg. 10) trazendo para a lavoura uma experiência medieval, (*History of Technology*, vol. II, Oxford) é pouco provável que tenha sido ele o introdutor deste mecanismo. A roda d'água era solução já aqui experimentada e provada, de longa data.

(118). — São Luiz do Paraitinga. Condephaat — São Paulo, 1975.

A fim de que, ainda não totalmente repovoada de suas alfaias, esta fazenda cafezista não fique vazia, se pretende que o seu arranjo museológico se valha, de uma parte, de peças tomadas por empréstimo, e de outra, que seja vitalizada pelas informações contidas no seu Centro de Estudos e nas suas exposições periódicas.

* * *

*

O PROJETO DE APROVEITAMENTO.

Algumas preliminares importantes justificam a idéia de aproveitar a sede da Fazenda Pau D'Alho para a instalação do Museu Nacional do Café.

Em primeiro lugar, a condição, principalíssima, de ser esta Fazenda, senão a primeira — que não é possível e nem pertinente saber se foi realmente a primeira, numa espécie de competição sem sentido — pelo menos uma das mais antigas fazendas de monocultura do café.

A fazenda que Lecesne montou em Jacarepaguá, e que teria também a finalidade precípua de produzir café, não seria, em termos de estilo — estilo de exploração econômica e estilo de compleição edificatória — o mesmo que fez carreira no ciclo do café. A sede da fazenda Pau D'Alho não só tem essa última condição, como o sentido pioneiro de ocupação territorial, associado ao café desde as primeiras épocas de seu cultivo como produção tipo colonial.

Em segundo lugar, uma coincidência resultante de outra: um Museu Nacional do Café deve estar localizado num ponto junto aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, as três unidades da Federação que mais se distinguiram na sua produção e nas quais foi mais sentida, diretamente, a influência deste ciclo econômico.

Em terceiro lugar, *last but not least*, a qualidade do projeto da sede da fazenda Pau D'Alho, exemplar "clássico" no sentido de conter, em substância, todas as soluções que fizeram carreira, com variantes condicionadas a zonas e épocas, nestes 150 anos de economia cafezista.

Tais qualificações deste monumento lhe conferem vantagens que outras fazendas, por ventura mais ricas, como a Santa Clara (Município de Santa Rita do Jacutinga, Minas Gerais), ou mais volumosas, como a Pau Grande, no Rio de Janeiro, poderiam disputar-lhe em função dessas virtudes, porem nunca como produto mais complexo de valor específico. Do ponto de vista plástico, razão definitiva como acontecimento de arquitetura, raramente se encontra um exemplar tão racionalmente projetado, tão logicamente executado e de tantos resultados favoráveis.

A forma desse Museu, se afastando do convencionalismo de depósito de coisas velhas, pode se converter na condição primeira de sua validade. De fato, é possível e até conveniente repovoar os espaços restaurados com peças que rememorem a sua função primitiva — caso da casa de morada — ou aproveita-los para apresentar uma amostragem condigna de equipamento de trabalho — como da casa de tropa — ou ainda ocupa-los com objetos que dizem respeito às antigas fazendas de café — caso de outras partes do conjunto edificado — como a Casa dos Carros, por exemplo, ou da Tenda de Ferreiro. Paralelamente a esta intenção, que é legítima mas não exaure a idéia do Museu, casa das Musas, lugar de estudo, será necessário prover lugar e meios de conhecimento. A antiga senzala é o espaço mais indicado para esta parte fundamental do Museu do Café. Essa senzala é formada por uma longa construção, de onze lanços contínuos, desenvolvida ao longo de uma plataforma colocada a cavaleiro do terreiro e das demais construções. A idéia é localizar aí o Centro de Estudo sobre o Café, centro esse com base fundamental em microfilmes de todo o documentário sobre o café, esteja o seu original onde estiver, no país ou fora dele, e seja de quem for, do poder do público ou particular. Inicialmente, para começo desse acervo, há que microfilmar todos os documentos que tratam das fazendas de café, nos arquivos oficiais, cartórios, Prefeituras, Estados e União, ou das cidades formadas em função do café, como é o caso de Barreiro, Areias, Bananal, por exemplo, ou Vasouras. Uma medida de extensão potencial deste documentário pode ser dada pelo fato de cerca de 90% das cidades do Estado de São Paulo serem formadas sob o signo do café. Somente de Bananal, existem mais de 40.000 documentos, só de avulsos, a microfilmar. O trabalho de microfilmagem dos documentos de São Luiz do Paraitinga, já iniciado, diz respeito à vida da cidade, sua formação e problemas (118).

Documentos manuscritos sobre a fazenda de café, existem aos milhares e se perdem facilmente. É trabalho urgente a sua microfilmagem e organização. Mesmo sobre a própria fazenda Pau D'Alho, papeis guardados carinhosamente pela família, foram encontrados, e contem documentos do mais vivo interesse sobre os problemas da fazenda, e cobrem um espaço de mais de um século. Tratam de compras de móveis e alfaias no Rio de Janeiro, conselhos sobre como deveria ser conduzida a vida de trabalho, antes e depois da abolição da escravatura, ajustes e contratos, etc.

Sem a audiência desse documentário — o que quer dizer a sua reunião e organização — não é possível pensar no estudo do café, senão numa forma provisória e algo precária. Algumas monografias — valiosas por vezes, têm sido elaboradas e são roteiros interessantes a seguir. Mas o grosso do trabalho ainda está por fazer.

A melhor maneira de encarar este problema é utilizar meios modernos para superar o desgaste infinito que representa catar um documento aqui, outro ali, sem sistemática e ao sabor dos azares de pesquisas pessoais trabalhosíssimas. O microfilme representa, na verdade, a saída moderna para esse problema, de maneira que se afigura o jeito possível e econômico de reunir informações que se encontram esparsas e por isso dificilmente abordáveis, num bloco único e em condições admissíveis e viáveis para consulta. Muito se tem falado em banco de informações. Esse seria não apenas um banco de informações sobre o café, posto à disposição dos interessados e estudiosos, numa forma e ambiente adequados, posto que ao seu lado encontrarão "restos" e testemunhos que participaram da aventura do café na vida brasileira.

Para conseguir este objetivo, de oferecer ao documento um suporte psicológico, algumas iniciativas devem ser tomadas. De um modo geral, o documento escrito detem uma algidez que repugna ao homem ou torna-o viciado, ausente de compreensão humana, tornando-o, por contaminação, um álgido.

Isso leva a conjecturar que a reunião de documentos, de "restos" e de testemunhos, num ambiente que é por si mesmo um documento, um resto e um testemunho, constituirá um meio válido para propiciar o seu exame e mante-lo amarrado ao acontecimento que o originou.

A extensa construção que constituía a senzala conservará seu aspecto externo intacto, mas seu interior será distribuído de outra forma. Um dos onze lanços será convertido em um apartamento destinado a pesquisadores, outro será uma sala climatizada, reservada à guarda e manipulação dos microfilmes, cujo número poderá subir facilmente a dezenas de milhões. Até a data de sua inauguração o Museu Nacional do Café deverá apresentar cerca de 20.000 microfilmes, e terá uma capacidade anual, depois de inaugurado, de realizar e reunir cerca de 40.000 microfilmes. Dentro de 5 anos o Museu deverá contar com um acervo de mais de 200.000 microfilmes, o que vale dizer, a soma mais alta de documentos concentrados num só ponto e local, e de um só assunto, jamais postos à disposição dos estudiosos nacionais. Esses números podem ser facilmente superados pelo próprio "embalo" do projeto, desde que se realizem as previsões já bastante firmadas. A saber: obtenção de uma *Japônica*, para realizar os trabalhos itinerantes de microfilmagem, a ser fornecida pelo IPHAN, e a aparelhagem de leitura de microfilmes, já prometida pela UNESCO.

Alem de fornecer tal aparelhagem, a UNESCO já encaminhou o compromisso de uma bolsa de estudos para um especialista brasileiro percorrer os países grandes produtores de café, com a finalidade de colher informações, localizar fontes de documentos e estabelecer con-

tactos necessários, bem como fazer levantamentos sumários de diferentes estilos de produção de café e de sedes de fazendas de café.

A parte científica não deve ser negligenciada no conjunto do programa de documentação a ser reunido: pedologia, climatologia, quadros ecológicos, biologia vegetal, etc., são itens que devem ser municiados com informações e documentário. É possível, pois, que o Museu Nacional do Café seja complementado no futuro, com uma estação de pesquisa ecológica, especialmente voltada para os problemas do solo, de clima e ecologia do Vale do Paraíba.

As "aberturas" que uma colocação deste tipo de Museu pode oferecer são inúmeras e de larga repercussão. O que parece indispensável, entretanto, para evitar que a iniciativa fique confinada ao plano da curiosidade e destituída de interesse científico, é evitar que o estudo se distancie do fenômeno. Uma dinâmica acoplada de ambos, ao contrário, deve ser conseguida de alguma forma. A forma preliminar viável é a realização, no próprio ambiente do Museu, nos sete gomos ou lanços intermediários (nos dois lanços extremos deve haver uma biblioteca e um laboratório), duas exposições anuais de assuntos relacionados com a história do café no Brasil. Exemplo: exposição de arquitetura rural do café, arquitetura urbana do café, retratos antigos de cafezistas importantes, equipamentos domésticos da fazenda de café, mobiliário do café, literatura do café, gravuras do café, fotografias do café, etc., etc.. A programação inicial, para 5 anos, deve constar, para cada item, de duas exposições: uma preliminar, e outra mais completa, alguns anos depois. Por exemplo: gravura do café I, será uma exposição indez, destinada a preparar uma exposição mais completa, de gravuras do café, a ser realizada alguns anos depois. Acredita-se que esta segunda etapa possa superar a primeira mostra.

A realização de cursos especiais sobre a matéria que diz respeito à economia do café, inclusive principalmente cursos de férias em nível de pós-graduação, constitui igualmente uma possibilidade de utilizar o Museu Nacional do Café. Usou-se de propósito a palavra utilizar, pois a intenção que preside todo o projeto é de convertê-lo em objeto de uso e desfrute. De uso como local e fonte de estudo, e desfrute para o turismo de dupla finalidade, de recreio e de dar ao brasileiro oportunidade de conhecer melhor os 150 anos de vida nacional que estiveram de alguma forma influenciados pela economia do café, tanto na região do Vale do Paraíba como nas demais regiões do Estado e do País.

Esta iniciativa do Museu Nacional do Café não impede nem obstacula a formação de Museu Regionais, para escolha de cujas se-

des a pesquisa das antigas fazendas de café é uma preliminar de importância. E também não obstaculiza que museus referentes a outros ciclos econômicos (açúcar, pecuária, etc.) tomem a direção tendente a converte-los também em Centros de Estudo, marcando a sua contemporaneidade e superando a doença do museu parado, imóvel, mofoado e... inutil.

